

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 5/2014

Sessão Ordinária realizada em 2014/06/20

----- Aos vinte dias do mês de junho de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes, reuniu a Assembleia Municipal de Abrantes, presidida por Nelson Augusto Marques de Carvalho, secretariado pelos Deputados Municipais Manuel Duarte dos Santos e Isilda Manuela Gomes dos Santos Alves Jana. -----

**Assiduidade** – (doc. 1) -----

## ----- INTERVENÇÃO DOS CIDADÃOS -----

-----Usou da palavra Manuel José Maria Pedro sobre a Rua do Cabeço, intransitável em Bioucas – Souto, e as infrutíferas diligências para ultrapassar a situação. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara, não conhecendo o processo, vai avaliar a situação, salientando o muito esforço na rede viária para criar condições de segurança. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da alteração do seu despacho sobre o acesso às gravações, após análise da documentação entregue aos serviços jurídicos. -----

**Expediente:** -----

----- Foi dado, conhecimento do expediente com maior relevância ficando

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 5/2014

Sessão Ordinária realizada em 2014/06/20

*[Handwritten signature]*  
19

disponível para consulta nos serviços administrativos da Assembleia Municipal, tal como todo o expediente recebido. -----

----- Postas à votação as **atas**: -----

- **Nº 3/2014** foi **aprovada por maioria**, com 4 (quatro) abstenções (1 – CDU + 1- PS + 2 – PSD); -----

- **Nº 4/2014** foi **aprovada por maioria**, com 4 (quatro) abstenções (1 – CDU + 3 – PSD). -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Senhor Deputado Municipal José Vitorino (PSD) pediu, tendo sido aceite e aprovado, um voto de louvor para um aluno da Escola Secundária Dr. Manuel Fernandes que foi eleito campeão de cálculo mental, com o seguinte teor: -----

----- "Como sabem o jovem, João Silva Bento de 12 anos e estudante do 6.º ano na Escola Secundária Manuel Fernandes, em Abrantes, tornou-se este ano campeão mundial de cálculo mental, entre mais de 36 mil participantes de 61 diferentes países.

----- Assim proponho, um **Voto de Louvor** a este jovem que dignificou o nosso concelho e colocou Abrantes na imprensa internacional." -----

----- O Senhor Deputado Municipal Armindo Silveira (BE) lembrou a ETAR dos Carochos e os maus cheiros da estação elevatória do Rossio. (doc. 2) -----

----- Quer saber se a Câmara está a negociar com o Governo Central a transferência de

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 5/2014

Sessão Ordinária realizada em 2014/06/20

1  
A  
Banco  
49

competências em matéria de educação. (doc. 3) -----

----- A Senhora Deputada Municipal Ana Rico (PSD) analisou a petição sobre a reforma judiciária, com que concorda apesar de alguns aspetos negativos. (doc. 4) -----

----- O Senhor Deputado Municipal Ricardo Aparício (PS) realçou a comemoração de mais um aniversário da elevação de Abrantes a Cidade e os diversos momentos das festas. (doc. 5) -----

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de S. Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo louvou a inauguração do Centro de Interpretação do Tejo. -----

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Abrantes e Alferrarede afirmou que a bancada do PS é contra esta reforma judiciária, tal como outras medidas na educação e na saúde. -----

----- Se há incoerências é da bancada do PSD. -----

----- A pior coisa que se pode fazer é afastar a justiça dos cidadãos. -----

----- Elogiou o trabalho dos autarcas da CIMT neste processo. -----

----- A Senhora Deputada Municipal Margarida Togtema (PSD) reafirmou a posição da sua bancada, que foi sempre contra esta reforma e suas consequências no concelho e na região. -----

----- Considera que esta petição fica aquém do pretendido. -----

----- A sua bancada, desde início, apresentou propostas concretas. -----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 5/2014

Sessão Ordinária realizada em 2014/06/20

*[Handwritten signature and initials]*

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal lembrou a posição de consenso aqui assumida. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal respondeu às questões, destacando-se: -----

1) – Festas da Cidade -----

----- Agradeceu a colaboração de todos para o nível atingido; -----

2) – ParqueTejo -----

----- Obra importante, ainda não concluída. Prevê a abertura para julho; -----

3) – ETAR dos Carochos -----

----- O projeto já deu entrada na Câmara estando a empresa a reunir as condições para avançar; -----

4) – Educação – Transferência de competências -----

----- A Câmara foi convidada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local.

----- Nas reuniões foram expostas dúvidas, estando em análise as respetivas respostas.

----- Nas reuniões participaram os Agrupamentos e a Escola Profissional. -----

----- A Câmara participa num grupo de trabalho com os outros Municípios convidados e com a Universidade Católica do Porto. -----

----- Às vezes, há vantagem em ser piloto nos processos; -----

5) – Reforma Judiciária -----

----- Não serve por desqualificar e encerrar tribunais. -----

----- A petição foi elaborada por juristas e validada por Presidentes, incluindo do PSD.

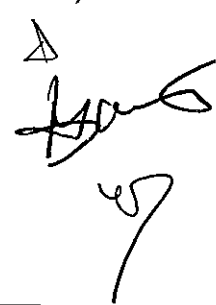
----- Foram inúmeras as reuniões pedidas à Senhora Ministra por Câmaras e Comunidades Intermunicipais. -----

----- A CIMT e esta Assembleia têm a resposta do Senhor Chefe de Gabinete, que

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 5/2014

Sessão Ordinária realizada em 2014/06/20



contraria o processo seguido. -----

-----

-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

-----

## **1 - Informação escrita da Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade Municipal (doc. 6)** -----

-----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal chamou a atenção para o novo formato, de acordo com as opções estratégicas da informação distribuída e destacou: -

a) - Segunda semana da educação, igualdade e cidadania; -----

b) - Transferências em matéria de educação; -----

c) - Laboratórios da ESTA e do LINE - aguardam o visto do Tribunal de Contas; -----

d) - USL -----

----- Iniciados os trabalhos de construção; -----

e) - Mercado diário -----

----- Previsão da conclusão para outubro; -----

f) - Mercado do Tramagal -----

----- A inaugurar em 24 de junho; -----

g) - Incentivos à instalação de médicos -----

----- Aguarda devolução do protocolo; -----

h) - Obras de recuperação do Hospital; -----

i) - Calçetamento da entrada do cemitério de S. João; -----

j) - Transporte a pedido -----

----- Iniciado no Concelho de Abrantes; -----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

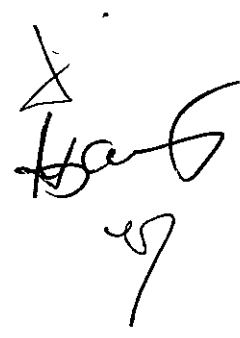
Ata nº 5/2014

Sessão Ordinária realizada em 2014/06/20

Handwritten signature and initials.

- 
- k) – Hortas comunitárias -----  
----- Entrega de 50 talhões; -----
- l) – Obras de requalificação do Tecnopolo; -----
- m) – Balcão do empreendedor e licenciamento zero -----  
----- Convite para o Município ser piloto. -----  
----- Visita do Tribunal de Contas da Comunidade; -----
- n) – Hotel de Turismo -----  
----- Encerrado. -----  
----- O Fundo de Turismo está a receber propostas para compra e arrendamento. -----
- o) – Serviço de apoio a empresários -----  
----- Nova tramitação de processos por via eletrónica; -----
- p) – 6ª Antevisão do MIAA; -----
- q) – Visita do Diretor Geral do Património e Cultura -----  
----- Análise do estado das Igrejas, incluindo a da Misericórdia e Castelo para candidaturas de reabilitação do novo quadro comunitário; -----
- r) – Estação de canoagem de Alvega; -----
- s) – 2ª Edição dos Mercados ribeirinhos; -----
- t) – Núcleo Museológico Duarte Ferreira; -----
- u) – Requalificação das Avenidas 25 de Abril e das Forças Armadas; -----
- v) – Asfaltamento do acesso ao Monte da Alagoa; -----
- x) – Faixas de combustão -----  
----- Vão ser iniciadas, dentro da aprovada candidatura PRODER; -----
- y) – Organigrama da Câmara -----  
----- Início do estudo da organização para resposta às novas exigências; -----
- z) – Posto de atendimento do cidadão -----
-

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES



Ata nº 5/2014

Sessão Ordinária realizada em 2014/06/20

----- Novo pedido para Município Piloto na transformação para Loja do Cidadão; -----

aa) – Novas competências -----

----- Reunião, hoje, em Aveiro, dos Secretários Executivos e dos Presidentes das Comunidades; -----

----- A trabalhar em conjunto com a ANMP. -----

----- Agendada reunião com o Senhor Secretário de Estado da Reforma Administrativa;

ab) – Bombeiros Voluntários -----

----- Apresentadas as contas e o plano de atividades de 2014. -----

----- A Câmara Municipal congratula-se com os resultados. -----

----- Apesar do mesmo esforço financeiro, há maior eficácia; -----

ac) – Escola de Arrifana -----

----- Cedência à Associação de Agricultores, tendo sido, ontem, assinado o contrato da empreitada da remodelação; -----

ad) – Requalificação da ponte do Rossio -----

----- Distribuído um documento informativo -----

----- Os grandes constrangimentos que se irão verificar, exigem o esforço e compreensão de todos, face ao fim a atingir. -----

----- A informação sobre a obra é das Estradas de Portugal. -----

## 2. - Intervenção da CIMT -----

----- O Senhor Secretário Executivo da CIMT, Miguel Pombeiro, recorrendo a projeções, apresentou: -----

a) – Atividade da CIMT; -----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

*[Handwritten signature and initials]*

Ata nº 5/2014

Sessão Ordinária realizada em 2014/06/20

- b) – Enquadramento histórico, territorial e legislativo; -----
- c) – Instalações; -----
- d) – Áreas de atuação e projetos intermunicipais; -----
- e) – Transporte a pedido no Médio Tejo; -----
- f) – Afirmação territorial do Médio Tejo; -----
- g) – Empreendedorismo em rede; -----
- h) – Gestão em SIG; -----
- i) – Modernização Administrativa; -----
- j) – Central de compras; -----
- k) – Gestão de Fundos Comunitários; -----
- l) – Formação; -----
- m) – Ação popular contra a reforma judiciária; -----
- n) – Novos desafios e perspetivas de futuro; -----

----- A Senhora Presidente da Comunidade, nossa Presidente da Câmara, explanou, recorrendo a projeções, o plano estratégico de desenvolvimento do Médio Tejo 2014/20 que está a ser discutido no Conselho Estratégico e na Comissão de Acompanhamento.

----- Estes documentos são construídos com base nas orientações da Europa, tendo em vista o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. -----

----- O processo está atrasado, com consequências para a economia. -----

----- Tem muitas dúvidas quanto aos recursos mobilizáveis pelos Municípios, cujas receitas são, cada vez, mais pequenas. -----

----- No acordo de parceria há áreas não contempladas como: -----

- a) – Regeneração urbana; -----
- b) – Infraestruturas de transportes; -----



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 5/2014

Sessão Ordinária realizada em 2014/06/20

c) – Acolhimento empresarial; -----

d) – Escolas. -----

----- Todos os documentos estão disponíveis no site da CIMT. -----

----- A Senhora Deputada Municipal Margarida Togtema (PSD) agradeceu os esclarecimentos prestados. -----

----- Mostram o trabalho feito. -----

----- Estão definidos os objetivos da região. -----

----- Gostaria de saber como são avaliados. -----

----- O Senhor Deputado Municipal António Mor (PS), do ouvido e da sua condição de deputado intermunicipal, salientou a cooperação e a solidariedade institucional no seio da CIMT, apesar das diferenças políticas. -----

----- O mesmo princípio se observa na Assembleia Intermunicipal, como o provam as suas deliberações. -----

----- O Senhor Deputado Municipal Armindo Silveira (BE), depois desta apresentação, considera estarmos no bom caminho, com grande esforço dos intervenientes. -----

----- No entanto, temos de nos cingir às regras da União Europeia que, muitas das vezes, não nos são favoráveis. -----

----- Pergunta quais os programas para: -----

a) – Acabar com o monopólio do eucalipto; -----

b) – Despoluir o rio Tejo; -----

c) – Aproveitar o capital humano da formação. -----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 5/2014

Sessão Ordinária realizada em 2014/06/20

Handwritten signature and initials.

----- A Senhora Presidente da Comunidade afirma que os processos de avaliação são contínuos. -----

----- O documento apresentado já foi validado, mais do que uma vez, pela CCDR, que continuará a fazê-lo. -----

----- Cada candidatura é conferida com os regulamentos nacionais e comunitários. ----

----- Outra coisa é a avaliação das expectativas. -----

----- Para isso, lá está o Conselho Estratégico e a Comissão de Acompanhamento. -----

----- O Senhor Secretário Executivo considera que, quanto à: -----

a) – Floresta -----

----- Trabalho de concertação com os vários intervenientes; -----

b) – Formação de funcionários -----

----- É uma prioridade. -----

----- A avaliação é contínua. -----

----- A contratação depende das disposições legais. -----

c) – Projetos -----

----- A avaliação é contínua, até ao encerramento dos mesmos. -----

**3 - Serviço Nacional de Saúde – Portaria nº 82/2014, de 10 de abril de 2014: ---**

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal fez o ponto da situação da atuação da Câmara e da Comunidade Intermunicipal. -----

----- Depois da publicação da portaria que prevê a classificação hospitalar, a Câmara aprovou uma moção em 22 de abril. -----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 5/2014

Sessão Ordinária realizada em 2014/06/20

----- A CIMT fez um comunicado a 15 de maio. -----

----- Foi reiterado o pedido de audiência ao Ministério de Saúde para se saber as orientações políticas e estratégicas para a Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo e expressar as grandes preocupações quanto aos cuidados de saúde. -----

----- O Senhor Secretário de Estado da Saúde, em audiência a 6 de junho, garantiu que, para já, não há alterações das valências nem a falada criação do agrupamento do Ribatejo. -----

----- Entende que esta Assembleia se deve pronunciar sobre matéria de grande gravidade para os nossos cidadãos. -----

----- A grande preocupação deveria ser a articulação dos cuidados de saúde primários com os hospitalares, aproximando a saúde dos cidadãos. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento de terem entrado na Mesa três moções, da CDU, PS e BE, tendo proposto e sido aceite a apresentação e a imediata votação. -----

----- A Senhora Deputada Municipal Ana Paula Carmo (CDU) fez a apresentação da sua proposta. (doc. 7) -----

----- Posta à votação foi **aprovada por maioria** com 5 (cinco) votos contra do PSD e uma abstenção do CDS-PP. (doc. 10) -----

----- A Senhora Deputada Municipal Piedade Pinto (PS) fez a apresentação da sua proposta. (doc. 8) -----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 5/2014

Sessão Ordinária realizada em 2014/06/20

----- Posta à votação foi **aprovada por maioria** com 5 (cinco) abstenções do PSD. (doc. 10) -----

----- O Senhor Deputado Municipal Armindo Silveira (BE) fez a apresentação da sua proposta. (doc. 9) -----

----- Posta à votação a proposta foi **aprovada por maioria** com 5 (cinco) votos contra do PSD. (doc. 10) -----

----- A Senhora Deputada Municipal Piedade Pinto (PS), profissional de saúde, tem acompanhado o que se tem passado no País sobre esta matéria. -----

----- Cerca de 90% das Assembleias Municipais tomaram posição. -----

----- Hoje, saiu uma notícia do que o Senhor Ministro, de visita a Barcelos, onde o hospital foi desqualificado, deu resposta semelhante à do Senhor Secretário de Estado.

----- A lei diz que em 2015 isto tem de estar feito. -----

----- O Senhor Ministro está a cair em desgraça. -----

----- Não há uma única política de saúde. Só cortes. -----

----- A Senhora Deputada Municipal Margarida Togtema (PSD) esclarece o seu voto contra a moção da CDU. -----

----- A portaria ainda está em discussão pública até setembro. -----

----- O recurso à providência cautelar não é a forma adequada nem faz sentido. -----

----- Esclareceu que em reuniões do seu partido tem mostrado a sua discordância

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 5/2014

Sessão Ordinária realizada em 2014/06/20

*Handwritten signature and initials*

sobre várias matérias. -----

----- Cerca de 70% da legislação dos Estados provém da Comunidade Europeia que temos de transpor. -----

----- O Senhor Secretário de Estado diz que se trata de um documento de planificação, dependente do critério operacional. -----

----- Cabe a cada Centro Hospitalar apresentar o seu plano estratégico. -----

----- Devemos estar atentos, também ao que se passa na Europa, emitir recomendações ao plano e lutar pela sua discussão. -----

----- O Senhor Deputado Municipal António Mor (PS), partindo da sua experiência em gestão hospitalar, ficou sensibilizado com a confiança da Senhora Deputada Municipal em quem nos governa na saúde. -----

----- A realidade é bem diferente. -----

----- A questão do plano estratégico, nomeadamente neste Centro Hospitalar, é argumento de arrastamento de anos e anos. -----

----- A boa vontade das populações e dos Conselhos de Administração, ao quererem determinadas especialidades, esbarram num não de qualquer funcionário da ARS. -----

----- A realidade é de números no sentido de não ter nenhum apoio em matéria de saúde. -----

----- O Senhor Deputado Municipal Armindo Silveira (BE), comentando a intervenção da Senhora Deputada Municipal Margarida Togtema, considera que se o governo quisesse negociar não teria publicado a portaria. -----

----- A publicação invalida o debate. -----

----- O Governo está a pôr em causa o Serviço Nacional de Saúde que foi exemplo para

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 5/2014

Sessão Ordinária realizada em 2014/06/20

Handwritten signature and initials.

muitos. -----

----- O Senhor Deputado Municipal Luís Lourenço (CDU) não confia neste Governo. ---

----- Em relação à providência cautelar, como eleitos, sentem-se no direito de recorrer a todas as armas. -----

## **4 - Alteração do Plano de Urbanização do Pego** -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal, recorrendo a projeções, justificou a proposta de alteração, não de revisão. -----

----- Indicou os objetivos, diferentes fases e principais alterações. -----

----- Quanto ao do Tramagal, aguarda a conclusão da discussão pública. -----

----- Quanto ao PDM, nomeadamente os aglomerados rurais, enviado parecer final à CCDRLVT. -----

----- Houve perturbação na revisão com a insolvência da empresa. -----

----- Até final de 2014 espera que o projeto esteja concluído, entrando depois em discussão pública. -----

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia do Pego enunciou os objetivos e as principais alterações do documento. -----

----- Há natural satisfação da população que foi informada. (doc. 11) -----

----- Posta à votação, a proposta foi **aprovada por maioria** com uma abstenção do BE. (doc. 12) -----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 5/2014

Sessão Ordinária realizada em 2014/06/20

## 5 - Regulamento do Parque Tejo -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal justificou a proposta para definir normas de funcionamento, perfis de utilizadores e competências. -----

----- Deu conhecimento de que está a decorrer, por iniciativa da TAGUS, percursos diários de BTT da nascente à foz do Tejo. -----

----- Posta à votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade**. (doc. 13) -----

## 6 - Compromisso plurianual: -----

**a) AHBVA – Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Abrantes; -**

**b) Aquisição de serviços na área dos seguros; -----**

**c) - Projeto “Bairro ConVida” -----**

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal justificou as propostas para fazer face a compromissos plurianuais. -----

----- Quanto à alínea a) – não participam na discussão, nem na votação, os Senhores Deputados Municipais António Mor, Fátima Chambel e Manuel dos Santos por pertencerem aos Órgãos Sociais da Associação Humanitária. -----

----- Postas à votação, as propostas foram: -----

**a) – Aprovada por unanimidade**. (doc. 14) -----

**b) – Aprovada por unanimidade**. (doc. 15) -----

**c) – Aprovada por maioria**, com um voto contra do BE. (doc. 16) -----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 5/2014

Sessão Ordinária realizada em 2014/06/20

----- Apresentaram declaração de voto, quanto à alínea c), os Senhores Deputados Municipais: José Vitorino (PSD) - (doc. 17); Luís Miguel Lourenço (CDU) - (doc. 18) e Armindo Silveira (BE) - (doc. 19) -----

## **7 - Autorização de aquisição de unidades de participação de Tagusvalley -----**

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal propõe a marcação de uma visita aquele espaço, fazendo lá uma apresentação dos projetos a decorrer. -----

----- Aguarda-se o visto do Tribunal de Contas para instalação dos laboratórios da ESTA e de Inovação e Desenvolvimento Industrial. -----

----- O Tribunal quer saber onde é que a Tagusvalley vai buscar recursos para fazer face à componente nacional. -----

----- A aquisição das unidades de participação destina-se a possibilitar esse investimento. -----

----- O Senhor Deputado Municipal Armindo Silveira (BE) justificou o seu voto contra por os documentos não desfazerem um conjunto de dúvidas. (doc. 20) -----

----- O Senhor Deputado Municipal António Mor (PS), conhecedor daquela realidade, sentiu necessidade de esclarecer o que são unidades de participação e como tem sido conduzido o processo de parceria. -----

----- É uma feliz iniciativa, na defesa intransigente dos interesses do Município. -----

----- Todo o dinheiro lá colocado significa um reforço ao capital, ao património, do que ali está a ser investido. -----



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 5/2014

Sessão Ordinária realizada em 2014/06/20

2.  
106  
19

----- Posta à votação, a proposta foi **aprovada por maioria**, com um voto contra do BE e 7 (sete) abstenções do PSD. (doc. 21) -----

----- O Senhor Deputado Municipal José Vitorino (PSD) entregou declaração de voto. (doc. 17 – anexo ao ponto 6) -----

## **8 - Renovação de prazo para conclusão de procedimento concursal, de um especialista de informática – Câmara Municipal de Abrantes** -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal justificou a proposta de necessidade de alargamento do prazo, por impossibilidade de cumprimento. -----

----- Posta à votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade**. (doc. 22) -----

## **9 - Abertura de procedimento concursal de recrutamento de dois assistentes operacionais – Serviços Municipalizados de Abrantes** -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal justificou a proposta, que fica aquém do pedido inicial dos Serviços, para reforço da limpeza e recolha de monos. -----

----- Posta à votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade**. (doc. 23) -----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 5/2014

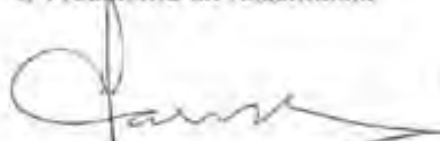
Sessão Ordinária realizada em 2014/06/20

---

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos pelas zero horas e quarenta e cinco minutos, tendo todos os textos das propostas de deliberação, (docs. 10, 12 a 16, 21 a 23), sido aprovados em minuta, nos termos do n.º3 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 3 do artigo 29º do Regimento. -----

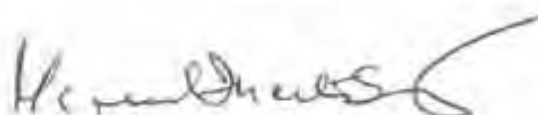
---

O Presidente da Assembleia



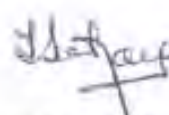
Nelson Augusto Marques de Carvalho

O 1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

A 2.ª Secretária



Isilda Manuela Gomes Santos Alves Jana

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

(Assiduidade)

(doc.)

ÓRGÃOS	ORDEM	PARTIDO	ELEITOS	Sessão Ordinária 20 de junho de 2014	Presença	Falta	Situação
CÂMARA MUNICIPAL	1	PS	Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque		✓		
	2		Manuel Jorge Séneca Luz Valamatós Reis		✓		
	4		Celeste Maria Ferreira Riachos Simão		✓		
	6		João Carlos Caseiro Gomes		✓		
	7		Luís Filipe Correia Dias		✓		
	3	PSD	Elza Rufina Afonso de Jesus Vítório		✓		
	5	CDU	Avelino Manuel Conceição Manana		✓		
ASSEMBLEIA MUNICIPAL	1	PS	Nelson Augusto Marques de Carvalho		✓		
	2		Manuel Duarte dos Santos		✓		
	4		Isilda Manuela Gomes dos Santos Alves Jana		✓		
	6		António Lucas Gomes Mor		✓		
	8		Francisco José Vilela Mendes		✓		
	9		Maria de Fátima Vicente Ferreira Chambel		✓		
	12		António Manuel Godinho Paulo		✓		
	15		Jorge do Carmo Beirão (substituição)		-	S	
	16		Maria da Piedade Dias Fernandes Pinto		✓		
	19		Ricardo Filipe dos Santos Aparício		✓		
			Alfredo Moreira dos Santos		-	F	Justificada
	20		Sónia Maria de Matos Pedro (substituta)		✓		
	3	PSD	Ana Margarida Almeida Pinho Neno Togtema		✓		
	7		Ana Maria Ruiz Filipe Rico		✓		
	14		Diogo João Ferreira Valentim (substituição)		-	S	
	17		José Miguel Antunes Martins Vitorino		✓		
	21		Ana Margarida Paredes Mendes		✓		
	Lista		João Gonçalves da Silva Teodoro (substituto)		✓		
	5	CDU	Elsa Cristina Guerreiro Lopes (Suspensão)		-	SM	Suspensão
	11		Luís Miguel Pires Lourenço		✓		
	18		José Augusto das Neves Dias (substituição)		✓		
			Ana Paula de Amaral e Rodrigues do Carmo (substituta)		✓		
	Lista		Pedro Miguel Afonso de Campos Amaro (substituto)		✓		
	10	BE	Sara Raquel Mendes Cura (substituição)		-	S	
	Lista		Armindo Rodrigues Silveira (substituto)		✓		
	13	CDS-PP	José Vasco de Lacerda Ruivo Matafome (substituição)		-	S	
	13		Jorge Manuel Lança Godinho Galriça (substituto)		✓		
JUNTAS DE FREGUESIA		PS	Manuel João Salvador Alves	JF Bemposta	✓		
			Luís Serras Vermelho	JF Carvalhal	✓		
			Sónia Cristina Brunheta Campos Alagoa	JF Fontes	✓		
			Maria Teresinha C. Garcia Barreiro	JF Martinchel	✓		
			Maria Florinda Fontinha Sousa Salgueiro	JF Pego	✓		
			Vitor Hugo Braz Vicente Cardoso	JF Tramagal	✓		
			Bruno Jorge Vicente Tomás	UF Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	✓		
			José Manuel Rodrigues Felício	UF Alvega e Concavada	✓		
			António Martins Campos	UF São Facundo e Vale das Mós	✓		
			Luís Teixeira Alves	UF São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	✓		
		PSD	Rui Manuel Vasco André/ Raquel Sofia da Costa Marques	JF Rio de Moinhos	✓	S	
			Álvaro Manuel Paulino	UF Aldeia do Mato e Souto	✓		
		CDU	M. Teresa M.S. Dinis / Fernando Alberto Loureiro Marques	JF Mouriscas	✓	S	

SM Suspensão de Mandato  
S Pedido de Substituição  
F Falta justificada



Assembleia Municipal de Abrantes  
20 de Junho de 2014

Período antes da Ordem do Dia  
Ambiente no Concelho

De nada serviu a recomendação feita, pelo Bloco de Esquerda, na sessão de 26 de Abril de 2014, ao executivo da Câmara Municipal de Abrantes (CMA), pois a Abrantáqua, empresa que gere o sistema de recolha e tratamento das águas residuais deste município, continua a manipular os visitantes do site, informando que, na ETAR dos Carochos, está implementado tratamento primário. Pelo exposto perguntamos:

1-Porque é que o executivo da CMA não moveu as diligências necessárias para que fosse corrigido o erro no site?

2-Voltamos a repetir a mesma pergunta da sessão anterior: - A Abrantáqua está a cobrar a taxa efluentes dos utilizadores da ETAR dos Carochos sem que estes sejam tratados o que indica que não está a ter estes encargos. Em que medida está a Câmara está a ser recompensada por esta não prestação de serviços?

3-No referido site, está também publicado que o "Estudo prévio do projecto [construção ETAR dos Carochos] foi executado e entregue para aprovação, conforme revisão solicitada pelos SMA." Perguntamos em que ponto está o projecto e quando é que as obras se iniciam no terreno?

4-O executivo da CMA, tendo sido confrontado, na sessão de 26 de Abril, por causa dos odores nauseabundos oriundos da Estação Elevatória do Rossio ao Sul do Tejo e, dado que ainda no noite de 17 de Maio, por alturas dos Mercados Ribeirinhos, o cheiro era intenso, perguntamos porque é que se mantém este problema e que soluções pretendem implementar para o resolver?

  
Armino Silva



Bloco de Esquerda

Grupo Municipal do Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Abrantes

Assembleia Municipal de Abrantes  
20 de Junho de 2014

(doc.3)

Período antes da Ordem do Dia

**Transferência de competências de Governo Central para os Municípios**

A 2 de Junho do corrente mês, o órgão de informação “Porto Canal” citando a Agência Lusa, divulgou que “A criação de uma escola municipal com um novo modelo educativo desde o pré-escolar ao 12.º ano de escolaridade foi anunciada pela câmara [de Óbidos] em Novembro do ano passado. Para além deste concelho, [Óbidos] há mais seis (Cascais, Matosinhos, Oliveira do Bairro, Oliveira de Azeméis, Águeda, Abrantes, Constância e Famalicão) a negociarem com o ministério projectos municipais.”

Perante esta notícia, perguntamos:

1ª-Confirma-se que o município de Abrantes está a negociar com o Ministério da Educação e Ciência uma nova forma de gestão do sistema educativo no Concelho de Abrantes?

2ª-Qual o calendário dessas negociações e quais as áreas abrangidas?

Abrantes, 20 de Junho de 2014

Armando Silveira

**Intervenção da bancada do Partido Social Democrata na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal  
realizada no dia 20 de Junho de 2014**

Na última Sessão da Assembleia Municipal, realizada no passado dia 26 de Abril tivemos oportunidade, neste período de antes da Ordem do Dia, de abordar 3 questões que nos preocupam, de forma particular, desde o início do mandato: a Reforma do Mapa Judiciário, pela forma como ~~se~~ <sup>tem sido</sup> tratada a nível local e regional e que tivemos oportunidade de referir na reunião anterior; a Educação, pela sua enorme importância social e pela forma como a vemos a ser tratada pelo Município, e a Transparência, que, sendo vital para a Democracia, é indispensável para o crescimento económico e para a paz social.

Queremos hoje, por razões que se prendem com a petição pública que está a circular, concentrarmos na questão da Reforma do Mapa Judiciário.

Relativamente às outras duas, diremos apenas que estamos muito atentos e que nos congratulamos com a alteração do sentido da decisão que recaiu sobre o pedido que esta bancada oportunamente dirigiu à Mesa da Assembleia Municipal, solicitando o acesso à gravação da reunião de Fevereiro. E não resistimos a colocar uma questão: Como pode um município ser tão transparente quando nem sequer conhece regras fundamentais (e já com bastante idade!!) relacionadas, justamente, com a transparência e com meios de a promover? Apesar de não querermos, hoje, ocupar mais tempo com esta questão, não podemos deixar de referir que a falta de credibilidade da avaliação feita pela Associação Cívica Transparência e Civilidade se vai, aos poucos, e de forma natural, revelando e tornando clara. Só surpreende o valor e o entusiasmo com que foi aqui referida e noticiada pelos meios de comunicação social.

Centremo-nos então na questão da Reforma Judiciária.

Tivemos oportunidade, na última Assembleia Municipal, de criticar os responsáveis pelos municípios da Região, incluindo o de Abrantes, pela recusa em admitir a necessidade de mudanças nesta área, pela falta de visão estratégica para a Região, pela incapacidade para encontrar consensos e construir uma proposta realista e o menos penalizadora possível para o Concelho e para a Região. Criticámos ainda o recurso à Justiça para discutir medidas que estão no âmbito da acção e da decisão política. É que a separação dos poderes é um pilar essencial da Democracia. Baralhar estas regras é pôr em perigo a própria Democracia. Não basta celebrá-la nas datas festivas. É necessário "praticá-la" no dia-a-dia, pois só assim ela se poderá cimentar e desenvolver!

Como temos vindo a repetir há algum tempo, a Democracia é muito exigente: implica esclarecimento, implica capacidade de análise crítica, implica tolerância e capacidade de diálogo, pois só uma discussão responsável sobre as questões que afectam o "bem comum" poderá gerar alternativas que conduzam às melhores soluções. A bancada do PSD desta Assembleia Municipal, de forma responsável e com o rigor de que foi capaz, propôs uma alternativa para ser discutida aqui. Todos sabemos o que aconteceu!

Mas, como diz a sabedoria popular, "mais vale tarde do que nunca". E, de facto, passados 5 meses sobre a apresentação da nossa proposta de reorganização judiciária para a Região e algumas semanas depois da nossa chamada de atenção para a forma "sistemicamente desadequada" como a

questão estava a ser tratada, fomos surpreendidos, positivamente, com esta petição dirigida ao Presidente da República, ao Presidente da Assembleia da República e ao Primeiro Ministro, o que demonstra que o Município de Abrantes e a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo perceberam, finalmente, que as questões políticas são para ser discutidas no âmbito das instituições com funções políticas. Valeu a pena o nosso esforço, parece que fomos ouvidos! A lamentar há o tempo que, entretanto, se perdeu.

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Todavia, porque queremos o melhor para o Concelho e para a Região, e porque, por isso mesmo, estamos aqui com uma atitude exigente, rigorosa e “construtivamente crítica”, não podemos deixar também de chamar a atenção para a qualidade do documento produzido. Este documento enferma de várias fraquezas e tememos que isso prejudique o impacto da petição, que consideramos legítima, e que gostaríamos, até, que fosse um pouco mais longe.

O que nos permite afirmar que a qualidade do documento não é satisfatória? São vários, na verdade, os aspectos que o fragilizam e lhe retiram força e autoridade:

- afirmações/acusações vagas e de carácter geral. Num documento desta natureza, tais afirmações carecem de concretização. Só assim poderão ser sérias e obrigarão a uma análise cuidada. Esta situação é ilustrada pelo ponto 1;
- terminologia tecnicamente desadequada. Um documento desta natureza não admite este tipo de imprecisões de linguagem. Cite-se, a título de exemplo a expressão “inspecções judiciais aos locais das questões”, referida no ponto 4;
- frases absurdas e/ou ininteligíveis. Infelizmente, e como também já tivémos oportunidade de referir em intervenções anteriores, este é um mal de que enfermam vários documentos produzidos pelo Município de Abrantes. Temos 2 exemplos destes na petição aqui em análise. Atentemos nas expressões “cidadãos de valor indeterminável” e “minorando-se a distância geográfica actualmente existente no distrito”, que se encontram, respectivamente, nos pontos 3 e 6 (último parágrafo) da petição. Criam ambiguidades e incertezas, em nada abonatórias para as situações em análise;
- falta de concretização no que respeita ao impacto negativo desta nova organização judiciária, tendo em conta a estratégia para o desenvolvimento do Concelho e da Região. Parece-nos que seria oportuno apresentar elementos concretos e demonstrar os prejuízos expectáveis do ponto de vista do desenvolvimento que se pretende para a Região. Afirmações como “vai existir uma excessiva demora nos processos executivos e que essa situação tem implicações graves para a economia real das regiões” assentam em suposições, são vagas e, como tal, têm pouco força;
- a incapacidade de evidenciar, de forma inequívoca, as contradições verificadas na aplicação dos critérios que a própria lei estabelece. Parece-nos que seria da maior importância ilustrar, com elementos concretos, essas contradições. O penúltimo parágrafo da petição (ponto 6) está, assim, pouco consistente;
- finalmente, existe um aspecto que, em nossa opinião, revela imaturidade na forma de tratar questões desta natureza. Tivemos oportunidade de o mencionar na última Assembleia Municipal. A Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, há algum tempo atrás, num documento publicado na sua página do facebook rejeita “liminarmente a reforma do mapa judiciário para esta região.” Admitimos que, em alternativa à imaturidade que referimos, possa existir aqui um problema de linguagem, pois

se se rejeita a reforma liminarmente, não faz sentido propor alterações, por muito pertinentes e oportunas que essas propostas sejam. É uma questão de coerência que é legítimo exigir daqueles que têm a seu cargo a gestão dos interesses públicos.

Assim, e apesar da legitimidade da pretensão, estes aspectos negativos deixam transparecer várias características que em nada abonam a favor de quem produziu tal documento:

- a superficialidade na análise e abordagem das questões;
- o conhecimento pouco profundo da área objecto da reforma (incluindo vários aspectos e contributos relevantes ao longo do processo, que poderiam ser utilizados como suporte à pretensão da Região);
- a falta de objectividade e fundamentação relativamente ao impacto negativo desta alteração do mapa judiciário no desenvolvimento da Região, o que revela falta de visão estratégica para a mesma;
- a falta de coerência nas posições assumidas.

Temos de dizer que ficamos satisfeitos por ver adoptada, nesta petição, a proposta de criação de uma 2ª instância central cível e uma 2ª instância central criminal, tal como a nossa bancada havia proposto em Janeiro.

Os elementos do nosso grupo já subscreveram ou irão subscrever esta Petição, mas não podemos deixar de reforçar o nosso desapontamento relativamente ao documento produzido. A importância da questão exigia um documento com outro rigor e exigência. E perdoem-me, mas terei de voltar a perguntar: Como queremos ter autoridade para que nos levem a sério? Não chega parecer: é preciso ser!



(doc.5)

Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal  
Sr.º Presidente da Câmara Municipal  
Sras. e Srs. Vereadores  
Sras. e Srs. Deputados Municipais  
Minhas senhoras e meus senhores

Boa noite.

No passado dia 14 de Junho comemorou-se o nonagésimo oitavo aniversário da elevação à categoria de cidade da nossa cidade – Abrantes.

A data foi celebrada com o tradicional hastear das Bandeiras no edifício da Câmara Municipal, com honras militares pelo Núcleo Preparatório do Regimento de Apoio Militar de Emergência e com a presença da Banda Filarmónica da Sociedade Instrução Musical Rossense.

A cerimónia evocativa deste aniversário realizou-se no Parque Tejo - Centro de Acolhimento e Interpretação do Tejo em Rossio ao Sul do Tejo, inaugurado nesta data e que resulta do reordenamento de equipamentos existentes no antigo Parque de Campismo, conferindo-lhe uma nova vocação de apoio a todas as atividades em torno do rio Tejo, como o campismo, o desporto, os tempos livres, a cultura, o lazer, o conhecimento científico e o contacto com a natureza. Um equipamento que será sem dúvida uma mais-valia para o turismo do nosso Concelho e de Portugal.

Foi ainda no Parque Tejo e inserido nestas comemorações que foram homenageados os colaboradores da Câmara Municipal que se aposentaram este ano e os que cumpriram 25 anos ao serviço desta autarquia, aos quais deixo também os meus cumprimentos pessoais.

Esta celebração foi o mote para as festividades que ocorreram entre os dias 12 e 15 de junho últimos.

Nestes 4 dias Abrantes foi palco das mais diversas atividades em que estiveram presentes largos milhares de pessoas. Foram atividades para todos os gostos e idades.

Na quinta-feira dia 12, aquando da inauguração da Feira de Artesanato e Tasquinhas, percebeu-se de imediato que as festas seriam um enorme sucesso. Mesmo com um calor abrasador as ruas já se encontravam cheias de gente e de animação.

No centro histórico, o artesanato coloria as ruas, os estabelecimentos comerciais estavam preparados para a “Black Friday”, os doces tradicionais eram um regalo para os olhos.

No Jardim da República, as tasquinhas, sempre muito bem dinamizadas pelas associações concelhias, encontravam-se a ultimar preparativos para um fim de semana

em que os visitantes puderam desgostar os mais variados petiscos e iguarias regionais e da época, sempre acompanhados da animação que se fez sentir no palco ali montado, ora com musica popular, ora com grupos folclóricos, passando até pelas tunas.

Ao longo dos quatro dias foram diversas as iniciativas, desde o Concurso Nacional de Saltos de Abrantes, o Campeonato Nacional de Carrinhos de Rolamentos a demonstração de stunt e o downhill urbano passando pelos mais calmos torneios de escolinhas de futebol, yoga para as crianças, torneios de matraquilhos, sueca e xadrez, pela Inauguração da exposição – VI Antevisão do Museu Ibérico de Arqueologia e Arte e por espetáculos de magia.

Distribuídos por dois espaços – Praça Barão da Batalha e Praça Raimundo Soares ocorreram os melhores momentos musicais. Nestes palcos a oferta foi bastante diversificada, com aposta quer em artistas locais que tiveram mais uma vez a oportunidade de atuar para tão vasto auditório, oportunidade essa que se pode tornar uma rampa de lançamento para os seus projetos, quer em artistas com maior renome nacional como os “Amor Electro”, “Capitão Fausto” e “David Antunes & The Midnight Band” que vieram acompanhados, entre outros, pelos grandes Herman José e Simone de Oliveira e junto destes uma participação especial, a Abrantina Salomé Silveira.

Para terminar as noites, no Parque do Castelo o Espaço Jovem. Um espaço para jovens de várias idades. Começando com uma festa revivalista com os êxitos dos anos 70, passando pelas festas dos anos 80 e 90 em video, até ao encerramento das festas com musicas de 2000 a 2014. Mais uma vez e pelo 2º ano consecutivo a iniciativa foi um sucesso, quer pela diversidade musical apresentada, quer pela vitalidade e competência demonstrada pelas associações juvenis do concelho que exploraram as barraquinhas melhorando assim a sua situação financeira para poderem, ao longo do ano, colocar em pratica mais e melhores atividades.

Sr.ª Presidente, a opção de juntar as festividades e o centro histórico da nossa cidade é com toda a certeza uma opção que lhe acarreta muito mais trabalho, bem como ao restante executivo, colaboradores municipais e da junta de freguesia que ao longo dos últimos dias vimos, arduamente, a tratar de toda a logística. Por isso, a todos vos felicito. Porém, na minha opinião, este é um esforço meritório e uma aposta ganha que contribui de forma clara para a dinamização que o nosso centro histórico tanto merece.

Por tudo isto, aqui em Abrantes, na nossa cidade, nas nossas festas, fomos e somos mais próximos.

Obrigado.

---

Ricardo Aparício



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL – 20 DE JUNHO DE 2014**  
**PONTO DE SITUAÇÃO DAS ATIVIDADES MUNICIPAIS**

(doc. 6)  
Ponto 1)  
[Handwritten signature]  
47

**OBJETIVO ESTRATÉGICO: EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO POTENCIAL HUMANO**

**Elaboração e implementação do Projeto Educativo Municipal**

Apresentado o Diagnóstico do Projeto Educativo Municipal e das primeiras linhas orientadoras em seminário enquadrado na " II Semana da Educação, Igualdade e Cidadania"

**Revisão da Carta Educativa**

Contrato assinado 20 de maio de 2014

**Construção do Centro Escolar de Abrantes**

Concluído o levantamento topográfico dos limites da parcela do Colégio de Fátima

**Realização de melhorias nos espaços exteriores dos Centros Escolares**

Realizados melhoramentos no espaço exterior do Centro Escolar de Rio de Moinhos nomeadamente a implantação dos equipamentos – caixa de areia e horta pedagógica  
Concluído processo de acesso ao edifício - EB1 de São Miguel do Rio Torto

**Apoio em atividades que reforcem o envolvimento da comunidade educativa (atividades extracurriculares, apoio à família e tempo livre)**

Acompanhamento e monitorização das atividades de Enriquecimento Curricular. Iniciada preparação do novo ano letivo

Procedimentos para aquisição de serviços para circuitos especiais de transportes escolares do Concelho para assegurar o transporte dos alunos/as do 4.º ano para os exames nacionais

Coordenação e acompanhamento do transporte de alunos do 1.º ciclo para o Centro Saúde de Alferrarede no âmbito do Plano Nacional de Promoção da Saúde Oral

Apuramento das candidaturas para o ano letivo 2014/2015 - Auxílios Económicos para os alunos/as do pré-escolar e 1.º ciclo do Concelho

Acompanhamento e monitorização das refeições escolares nas escolas do 1.º ciclo e pré-escolar- aprovada prorrogação do concurso por mais um ano letivo

Acompanhamento, avaliação e monitorização do parque escolar do concelho de Abrantes (pré-escolar e 1.º ciclo)

Realizada 1 vistoria a cantina escolar no âmbito do PACE C - Plano de aprovação e controlo de estabelecimentos - cantinas escolares

Realizadas atividades de sensibilização ambiental- oferta de 5 árvores de espécies autóctones à Escola E.B. 2,3/S Octávio Duarte Ferreira e apoio na plantação – no âmbito da comemoração do dia Eco-Escolas

Realizadas atividades de sensibilização ambiental, na Praia Fluvial de Aldeia do Mato, com cerca de 75 alunos da Escola EB/JI de Chainça. As atividades contaram com o apoio da VALNOR e da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntário de Abrantes e integraram-se no âmbito da comemoração do Dia Mundial do Ambiente

Atividade de sensibilização ambiental - ação de limpeza ao fundo da albufeira, na Praia Fluvial de Aldeia do Mato, realizada por um grupo de mergulhadores, com o apoio do Município de Abrantes

#### **Consolidação das práticas de qualificação tecnológica no 1.º ciclo do ensino básico**

Monitorização dos equipamentos afetos às escolas

#### **Reforço da rede municipal de conhecimento, suportada nas bibliotecas escolares públicas e itinerante**

Exposições: "All Together" - projeto Amarte; "Abrantes, 40 anos depois de abril"

"Os rapazes dos tanques", Fotografia de Alfredo Cunha; Pintura e artes decorativas da UTIA

Hora do conto - ateliers de educação e cidadania: "Ler torna-nos mais ricos" (17 atividades)

Encontro com autores: Teresa Aparício (Lugares com história); Margarida Rebelo Pinto (Minha Querida Inês); Cátia Lopes (Uma família diferente)

Final do Concurso "Abrantes a ler" - Concurso concelhio de leitura 2014 e cerimónia de entrega dos prémios na presença do escritor João Manuel Ribeiro

Ciclo de conferências: "Democracia e participação" (3 atividades)

"Sábados na casa das palavras"- (4 atividades)

Concluída a mostra documental sobre o teatro em Abrantes

Em fase de inventário preliminar o espólio documental do jornal local "Primeira Linha"(Serviço de Arquivo Municipal)

Em curso a catalogação e organização de fundos documentais

A decorrer até 30 de junho a mostra documental "Raúl Lino em Abrantes"

Em fase de inventário preliminar o espólio documental da Associação de Geminação de Abrantes (Incorporação a 17 de março de 2014)

Melhoria da performance do Sistema de Gestão Documentação (SGD) "Zahara"

Realizadas visitas às bibliotecas escolares e reunião concelhia, no âmbito de um convite da coordenadora interconcelhia de bibliotecas escolares e da visita da Dr.ª Maria João Ferreira

Intervenções técnicas/aperfeiçoamento da estrutura da viatura Biblioteca Itinerante de Abrantes (BIA)

#### **Criação de condições para a instalação da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes no Tecnopolo**

Projeto de execução concluído e aprovado

#### **Instalação dos laboratórios da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes no Tecnopolo**

Assinado contrato em 04.02.2014. A aguardar visto do Tribunal de Contas

**Alargamento e dinamização do Programa de Empreendedorismo na Escola**

Agendada a apresentação do Projeto EMPRE no próximo Conselho Municipal de Educação

**Apoio na requalificação do Pólo do Centro de Formação Regional do IEPF no Tecnopolo**

Visita do Presidente do IEPF e Delegado Regional de LVT ao local e posterior reunião de trabalho para arranque do processo, conduzindo à revisão do protocolo de cedência dos espaços e preparação de projeto de arquitetura para intervenção

**Acompanhamento da atividade da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes, em Mouriscas**

Participação no Conselho Geral. Participação na reunião de Rede Escolar

Remetida ao Município de Ribeira Brava a identificação de ofertas formativas no âmbito do protocolo estabelecido para atribuição de bolsas de estudo

**OBJETIVO ESTRATÉGICO: PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR E DA QUALIDADE DE VIDA**

**Construção da Unidade de Saúde Familiar de Abrantes**

"Consignação efetuada em 21.04.2014

Início dos trabalhos em 10.05.2014

**Construção da Unidade de Saúde Familiar do Rossio ao Sul do Tejo**

Projeto de execução concluído e aprovado

**Construção da Unidade de Saúde Familiar de Saúde do Carvalhal**

Estudo Prévio concluído e aprovado pela ARSLVT

**Construção do Mercado Municipal de Abrantes**

Obra em execução

**Requalificação do Mercado do Tramagal**

Receção provisória em 23.04.2014 (da responsabilidade da Junta de Freguesia)

**Implementação do Programa de incentivos à Fixação de Médicos de Família**

Aguarda devolução do protocolo assinado pela ARSLVT

**Valorização do parque desportivo do concelho**

Manutenção de campos desportivos relvados

**Reforço da programação cultural e desportiva**

12º Torneio de Futebol 7 - Veteranos

14º Cicloturismo da Casa do Povo de Rio Moinhos

15º Grande Prémio de Atletismo – 25 de Abril

Cicloturismo

Jornadas da Juventude

9º Passeio Pedestre – Aldeia das Casas Baixas

Rota do Tejo - Hipismo

9ª Edição do Torneio Concelhio de Escolinhas de Futebol

Atleta Completo Regional - Atletismo

Encontro Municipal de Associações de Juventude

5º Passeio “Na Pegada do Lobo”

Convívio HidroSénior - Tramagal

Challenge Pedro Basílio

IV Trail Castelo de Abrantes // Passeio ao Castelo

Jogos da Pequenada

Rota dos Cabeços de São Miguel I I - Passeio Pedestre

3º Passeio de Cicloturismo – FÔJO-ZYBEX

V Maratona de BTT – “Branquinhos do Pedal”

XI “Escapadinha dos Mourões”

A Aventura Começa no Comboio III - Passeio Pedestre

1ª Tour Concelho de Abrantes - Cicloturismo

Concentração de Traquinas/Petizes - Futebol

Rota do Tejo - Hipismo

Final Liga Portuguesa Futebol Americano

4º Passeio das Pontes e Açudes de Sentieiras - BTT

Campeonato Nacional Agility

Festival de Papagaios

Jogos de Abrantes

Campeonato Nacional de Biatle

Campeonato Regional de Juvenis- Atletismo

Etapa 2 SuperJovem – Pentatlo Moderno

4º Passeio de BTT “Rota das 4 Aldeias”

Passeio Pedestre – “Rota dos Açudes das Sentieiras”

Meeting de Abrantes

Caminhada – ABT – Night Runners

Concurso Nacional de Saltos de Abrantes – Hipismo

Downhill Urbano

Torneio Voleibol de Praia

Torneio Futebol de Praia

Festival de Canoagem

Campeonato Nacional de Carrinhos de Rolamentos

Torneio de Xadrez

Torneio de Sueca

Torneio de Matraquilhos

Demonstração de Stunt - Tó Mendes

2014 - Verão Ativo – Férias Jovens 2014

Concerto com Paulo do Carvalho

Espetáculo de Solidariedade "Vozes da Rádio com o CRIA"

Cinema Espalhafitas

IX Festival de Música da Beira Interior - 3º Concerto

Gala Antena Livre

Espetáculo de Dança promovido pelo Espaço Idança

Espetáculo de Dança "Baile dos Candeeiros" (Artemrede)

Espetáculo de Dança promovido pelo Espaço Idança

Inauguração da exposição "Provas de Contacto" de José de Guimarães

Espetáculo de Música "DEAD COMBO"

Espetáculo de teatro do Agrupamento de escola n.º 1 de Abrantes

Espetáculo Infantil "a Raposa vs Galo&Corvo"

Festas de Abrantes 2014

#### **Manutenção da rede viária, equipamentos, espaços públicos, parques infantis e fontanários**

Reparação de vias municipais

Colocação e reparação de sinalização de trânsito

Reparação da Estrada da Feia - saneamento de solos

Manutenção de edifícios municipais

Execução de sinalização horizontal em Rossio ao Sul do Tejo - UF São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo

Alterações ao trânsito na freguesia de Rio de Moinhos

Recolha de receita efetuada aos parcometros

Condicionamentos ao trânsito e ao estacionamento na Rua N.º Sra. da Conceição - Empreitada da construção da Unidade de Saúde Familiar



Manutenção geral de espaços verdes municipais (corte de relvas, eliminação de infestantes em canteiros, poda e limpeza de árvores, etc), produção de plantas no viveiro municipal, renovação de canteiros em canteiros e floreiras da cidade

Controlo da praga escaravelho-da-palmeira em espaços verdes municipais, realização de vistorias para identificação de novos casos

Continuação da caracterização e georreferenciação de espaços verdes em todas as freguesias do concelho - Localizados todos os espaços verdes, encontrando-se em elaboração as fichas de caracterização respetivas

Reparação de equipamentos municipais - Pavilhão do Tramagal e Pego

Apoio logístico às Festas Abrantes 2014

Calçetamento de arruamentos - Cemitério S. João

Manutenção de equipamentos e frota automóvel do Município

Conclusão da instalação da sinalização em Arreciadas

Acompanhamento dos serviços de desinfestação

Acompanhamento dos serviços prestados pela empresa no âmbito do controlo da população de pombos na cidade de Abrantes

Protocolos de delegação de Competências com as Juntas de Freguesia - Rede Viária - Pagas 1ª e 2ª tranchem 2014

Fornecimento e transporte de materiais

Ampliação do Cemitério de Bicas e Vale de Açor - Levantamento topográfico concluído

Contenção de talude na Estrada entre S. Facundo e Barrada - elaborado um estudo com estimativa orçamental efetuada

Rua Monte da Várzea em Barrada - Levantamento topográfico concluído

Olival Basto - Vale de Rãs - Levantamento topográfico em execução

Alteração da localização do Ecoponto e Abrigo de Passageiros em Fontes - elaborado levantamento topográfico e efetuados contactos com proprietários

Reconstrução de Muro do Parque do Alto de Santo António (Av. 25 de Abril) - Levantamento topográfico e arquitetónico concluídos

Estrada Principal de Ramalhais - Levantamento topográfico concluído

Pavilhão Polidesportivo Municipal - Pego - Substituição da cobertura existente. Levantamento arquitetónico em execução

Recinto de festas de São Facundo - Levantamento topográfico em execução

Verificação das condições de segurança dos Parques Infantis da Escola Básica António Torrado, Parque Infantil da Encosta da Barata, Parque Infantil de São José - Vale de Rãs, Parque Infantil do Largo dos Combatentes (Tramagal) e Parque Infantil do Parque Urbano de São Lourenço – Análise e propostas

Acesso à Piscina Flutuante de Aldeia do Mato - Estudo em elaboração

Processo de licenciamento referente à Construção de Parque Infantil e Circuito Desportivo em Tramagal - projeto em análise



Realizadas fiscalizações aos espaços de jogo e recreio no âmbito da Comissão técnica de Inspeção de Espaços de Jogo e Recreio

#### **Sanidade Veterinária e Saúde Pública**

Inspeções sanitárias do matadouro - Margarido & Margarido

Vistórias a estabelecimentos de venda a retalho (peixarias/talhos) no âmbito do PACE 7 - Plano de aprovação e controlo de estabelecimentos - 13 vistórias

Alterações ao projeto de construção de anexo com arca de congelação para armazenamento de cadáveres no Centro de Recolha Oficial de Cães e Gatos Intermunicipal de Abrantes, Constância e Sardoal, decorrente de alterações introduzidas na legislação - processo concluído para lançamento da empreitada

### **OBJETIVO ESTRATÉGICO: INCLUSÃO SOCIAL E COESÃO TERRITORIAL**

#### **Revisão do Plano de Desenvolvimento Social**

Em avaliação das propostas das entidades que desenvolvem este plano

#### **Consolidação da intervenção do Banco Social de Abrantes**

Acompanhamento dos processos dos anos anteriores e registada a abertura de 10 novos processos. Atendimento e monitorização

#### **Reforço do programa de respostas sociais, igualdade de género, bolsas de estudo, estratos sociais desfavorecidos e apoio à vítima**

Apresentada candidatura à 2.ª edição do prémio "Viver em Igualdade", com os contributos de todos os serviços da Câmara Municipal

Aprovado o Plano de Ação para 2014, no âmbito do Plano Municipal para a Cidadania, Igualdade de Género e não Discriminação

Acompanhamento de 65 processos de estratos sociais desfavorecidos

Atendimento de 4 situações de vitimação e acompanhamento de 12 situações

#### **Alargamento da rede de Teleassistência**

Análise de necessidade de alargamento deste serviço

Acompanhamento e monitorização dos aparelhos instalados em articulação com a Cruz Vermelha de Lisboa e Núcleo de Abrantes

#### **Dinamização do Banco Local de Voluntariado**

Reestruturação da agência do Banco de Tempo Local e nomeação de coordenadora

Em elaboração o Plano de Ação para 2014/2015

#### **Consolidação do Programa FINABRANTES**

Pagamentos efetuados - até abril 2014 - 120.936,72 €

#### **Aquisição e ativação de Unidades Móveis de Saúde**

Aguarda aviso de abertura de candidatura pelo Programa Operacional Mais Centro

#### **Dinamização da plataforma Art'Andante**

Concluído processo de planeamento das atividades

#### **Implementação de serviço de transporte a pedido**

Iniciada a implementação do serviço nas freguesias de Carvalhal, Fontes, Souto, Aldeia do Mato Souto, Martinchel e Mouriscas em 25.05.14

#### **Generalização da Ocupação de Tempos Livres para Idosos**

Realizado " Parlamento Sénior" no âmbito da " II Semana da Educação, Igualdade e Cidadania"

#### **Lançamento da 2ª fase de instalação de Hortas Comunitárias na Quinta de Arca d'Água e no Rossio ao Sul do Tejo (Bairro de São José)**

Entrega de 50 parcelas para cultivo na Quinta da Arca D'Água, relativas à 2ª Fase das Hortas Comunitárias

#### **Implementação do Plano Municipal de Acessibilidades**

Entregue versão provisória da Fase 5 ("Plano de Ação") - em fase de validação

### **OBJETIVO ESTRATÉGICO: QUALIFICAÇÃO E FACILITAÇÃO DO AMBIENTE DE NEGÓCIO**

#### **Expansão e Qualificação do Tecnopolo do Vale do Tejo**

Execução das Infraestruturas Urbanas do Tecnopolo do Vale do Tejo - Fase 1 - Abrantes:  
Designado Diretor de Fiscalização pela CMA

Levantamento de topografia e edificado do espaço de exposições e edifício adjacente, com vista à revisão do projeto da ESTA e criação do IT.point – em execução

#### **Alargamento do âmbito territorial do Tecnopolo do Vale do Tejo**

Integração do TAGUSVALLEY no Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal do Médio Tejo

#### **Obtenção do estatuto de "Zona Empresarial Responsável" para o Parque Industrial de Abrantes**

Preparação do estudo de propostas de alteração da sinalética e imagem do Parque Industrial

Seleção, sintetização e análise da legislação aplicável à Zona Empresarial Responsável

#### **Obtenção do estatuto de "Zona Empresarial Responsável" para a Zona Industrial do Pego e Tramagal**

Permuta de terreno entre o Município, o Casal da Coelheira e a MDF Tramagal - Indústrias de Fundição, Lda. - Levantamento Topográfico concluído

#### **Dinamização do Balcão do Empreendedor**

Celebrado protocolo tendo por objeto regular o sistema de pagamentos eletrónicos a utilizar pelo Município na cobrança de taxas relativas ao Licenciamento Zero através do Balcão do

Empreendedor, e ainda os mecanismos de atualização de taxas e outros conteúdos informativos

Realizada visita, em 04/06/2014, por elementos do Tribunal de Contas Europeu e da Direção Geral das Atividades Económicas, no âmbito de auditoria que aquele Tribunal está a realizar à Comissão Europeia no que concerne ao seu papel de garante da efetiva implementação da Diretiva Serviços - Diretiva 2006/123/CE

#### **Desenho e implementação do procedimento especial "Via Verde do Investimento Estruturante"**

Definição de procedimentos informáticos que permitam o acompanhamento dos processos sinalizados como "Via Verde"

#### **Dinamização do Serviço Municipal de Apoio ao Empresário**

Instalação do Serviço de Desenvolvimento Económico em espaço próprio

Realizadas reuniões com investidores interessados em lotes/parcelas no Parque Industrial Zona Norte.

Recolha, sistematização e disponibilização de informação a potenciais investidores

Acompanhamento do processo relativo ao Hotel Turismo de Abrantes

#### **OBJETIVO ESTRATÉGICO: ATRAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DA INICIATIVA EMPRESARIAL**

##### **Dinamização de Programa de Apoio Financeiro a Arrendamento de Frações Comerciais no Centro Histórico**

Minuta de contrato de arrendamento a estabelecer com os proprietários aderentes em fase de validação jurídica

##### **Implementação da Estratégia de Revitalização do Comércio no Centro Histórico**

Acompanhamento da prestação de serviço. Procedimento para aquisição de sistema de bilhética para o aBUSa

Estacionamento no Centro Histórico - consolidada a entrada em funcionamento da indispensável fiscalização. Atribuição e renovação de dísticos para o ano de 2014

##### **Apoio à concretização e dinamização do Banco de Terras**

Efetuada apresentação do programa Bolsa de Terras no seminário realizado a 7 de Maio organizado pela TAGUS e DRAPLVT

#### **OBJETIVO ESTRATÉGICO: ESTRUTURAÇÃO E PROMOÇÃO DO POTENCIAL TURISTICO**

##### **Instalação do Museu Ibérico de Arqueologia e Arte - Recuperação do Convento de São Domingos**

Planeamento dos trabalhos arqueológico do projeto CASTABE

Continuação do processo de digitalização em 3 D do espólio

Planeamento do trabalho de conservação e restauro das peças metálicas no IPT

Planeamento e realização de recuperação de peças em cerâmica no Laboratório de Restauro da Câmara Municipal de Abrantes

Organização da exposição da VI Antevisão do MIAA

Produção de conteúdos para o catálogo da IV Antevisão do MIAA

Estudos de pormenor da coleção Estradas

Início dos trabalhos arqueológicos 2014

Apoio na preparação da exposição temporária "Guerra e Violência, Paz e Conhecimento" a realizar em Belo Horizonte no Brasil - em parceria com Instituto Terra e Memória e a Associação Praeservare

Apoio ao trabalho de conservação e restauro das peças metálicas do acervo Estradas, no IPT

Planeamento e realização de recuperação de peças em cerâmica no Laboratório de Restauro da Câmara Municipal de Abrantes

#### **Instalação e Dinamização do Núcleo Museológico de Tramagal - Criação de uma rede de núcleos museológicos**

Acompanhamento da obra em execução (da responsabilidade da Junta de Freguesia)

Continuação do inventário, limpeza e estudo do espólio da Metalúrgica Duarte Ferreira

#### **Requalificação do Castelo e do Jardim do Castelo**

Projeto de execução concluído

#### **Requalificação do Edifício da Antiga Galeria Municipal de Arte para a instalação de um núcleo de Arte Contemporânea**

Programa preliminar em elaboração

#### **Valorização do património religioso do centro histórico de Abrantes**

Acompanhamento da visita efetuada pela Direção Geral do Património e Cultura aos monumentos classificados de Abrantes

#### **Dinamização da Grande Rota do Zêzere e do Caminho do Tejo**

Estação de Canoagem de Alvega - Obra em execução

Inauguração do PARQUETEJO

#### **Atração de provas, estágios e eventos desportivos**

Final Liga Portuguesa Futebol Americano

#### **Potenciação dos eventos de valorização da doçaria tradicional, gastronomia e produtos locais**

Organização da 2.ª edição dos Mercados Ribeirinhos de Abrantes

Acompanhamento e promoção de workshop Palha de Abrantes para entidades externas

Festas de Abrantes 2014

Concluídas filmagens de promoção do "Festival Sabores do Tejo - Peixe do Rio"

#### **Abertura da loja "produtos e territórios" em Lisboa**

Realizada ação promocional sobre as festividades da região, no espaço da loja em Lisboa

### **OBJETIVO ESTRATÉGICO: REABILITAÇÃO URBANA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

#### **Conclusão do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Abrantes**

Em curso desenvolvimento de procedimento concursal para aquisição de serviços

#### **Conclusão do processo de revisão do Plano de Urbanização de Abrantes**

Realizada reunião de acompanhamento com CCDR-LVT, Estradas de Portugal e Agência Portuguesa do Ambiente. Programada segunda reunião de acompanhamento com CCDR-LVT (REN - 16/06)

Em curso trabalho de campo, para apresentação de proposta prévia de zonamento e regulamento

#### **Conclusão do processo de revisão do Plano de Urbanização de Tramagal**

Em curso período de discussão pública

#### **Conclusão do processo de alteração do Plano de Urbanização do Pego**

Concluído relatório de ponderação do período de discussão pública

#### **Implementação do programa estratégico da área de reabilitação urbana do centro histórico**

Proposta de delimitação da ARU aprovada em sessão de 26.04.2014 da AM. Decorre a fase de publicitação (submetida a DR a 28.05.2014, aguarda publicação)

#### **Requalificação e Pavimentação de arruamentos em Abrantes (Av. 25 de Abril, Av. Dr. Santana Maia e Rua António Silva)**

Lançado procedimento de ajuste direto para a execução da empreitada "Repavimentação da Av. das Forças Armadas e Av. 25 de Abril - Abrantes"

#### **Requalificação da Rua da Alagoa e Rua Monte Alagoa em Barrada - Abrantes**

Levantamento topográfico em execução. Projeto de execução em elaboração.

#### **Requalificação da estrada entre Bemposta e Vale das Mós**

Obra em execução. Conclusão prevista em 11.06.2014

#### **Levantamento Topográfico na Zona Envolvente do Hospital de Abrantes**

Levantamento topográfico em execução

### **OBJETIVO ESTRATÉGICO: VALORIZAÇÃO AMBIENTAL E PREVENÇÃO DE RISCOS**

#### **Melhoria da eficiência do sistema de abastecimento de água - Implementação de um sistema de telegestão - em desenvolvimento**

Concluída implementação sistema de telegestão, 1.ª fase

Em fase de conclusão reabilitação/requalificação de infraestruturas (ETA Fontes, ETA Mouriscas)

Em fase de conclusão adequação de infraestruturas para instalação de caudalímetros

Em curso remodelação do sistema de tratamento - Ativação e calibração de equipamentos

Em curso renovação do parque de contadores

Em curso requalificação da rede distribuição na rua 5 de Outubro, em Abrantes

#### **Expansão do abastecimento de água a partir de Castelo de Bode ao sul do concelho**

Em curso, elaboração caderno encargos para lançamento de empreitada - "Troço sistema adutor entre nó 13 e o Açude"

Em curso, levantamento das necessidades de aquisição de materiais para início da obra, por administração direta, "Troço adutor entre o açude e o Reservatório de Vale das Donas"

#### **Conclusão do programa de investimentos na rede de saneamento de águas residuais**

Em curso, instalação e ligação de ramais à rede pública de drenagem em diversas freguesias

Em execução, requalificação da E.N. 118, na localidade de Alvega

Em curso, acompanhamento da execução do plano de investimentos da Concessionária

#### **Melhoramento do serviço prestado na área dos resíduos sólidos urbanos**

Em curso, definição de circuitos a realizar pela viatura de lavagem de modo a que todos os contentores sejam lavados pelo menos 2 vezes por ano - atualmente no circuito do Pego

Em curso, afetação de equipa de trabalho exclusiva para a lavagem de contentores e recolha de monos

#### **Melhoramento dos sistemas de gestão**

Implementação do sistema integrado de gestão da qualidade, ambiente, segurança e saúde no trabalho - Em desenvolvimento

Implementação do sistema de gestão patrimonial de infraestruturas - Em desenvolvimento

Implementação do plano de segurança da água - Em desenvolvimento

#### **Criação de incentivos fiscais para os imóveis a incluir nas Zonas de Intervenção Florestal**

Acompanhamento e apoio dos trabalhos da ZIF, nomeadamente na intervenção efetuada nos tanques florestais

#### **Implementação do programa de proteção de aglomerados populacionais e rede viária, com a limpeza da floresta**

Candidatura "Limpeza de Florestas" - minuta de contrato em fase de aprovação

Em curso trabalhos de manutenção e pintura de tanques de apoio a combate a incêndios de modo a garantir a operacionalidade plena no período crítico

Concluída proposta de Regulamento Municipal de Uso do Fogo e de Limpeza de Terrenos a ser submetida à próxima reunião da Comissão Municipal de Defesa das Florestas para aprovação

Continuação dos trabalhos de limpeza dos terrenos municipais no perímetro urbano (Arca D'Água, Hortas Comunitárias, Pousada de Juventude e Parque Desportivo), na Freguesia de Martinchel e apoio ao serviço de topografia pela equipa de sapadores

Continuação da verificação de terrenos para notificação dos proprietários no âmbito da limpeza de terrenos em situação de abandono

**Atualização e implementação do plano Municipal de defesa da floresta contra incêndios**

Continuação da atualização do plano escrito, concretização da cartografia e dos quadros correspondentes.

Implementação das orientações operacionais junto dos membros integrantes do POM 2014 dado o início da fase Bravo

Limpeza de bermas na freguesia de Tramagal e Bemposta

**Acompanhamento e incentivo financeiro e logístico à Associação Humanitárias dos Bombeiros de Abrantes**

Transferência de verbas no âmbito do protocolo assinado - despesa paga em 2014 - janeiro a maio - € 229.242,55 €

**OBJETIVO ESTRATÉGICO: PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS**

**Desenvolvimento de programa de otimização do desempenho energético dos edifícios e frotas do Município**

Em desenvolvimento em parceria com a Agência Regional de Energia e Ambiente do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul - MédioTejo21

**Criação de programa de otimização do desempenho energético dos sistemas de iluminação pública**

Em desenvolvimento em parceria com a Agência Regional de Energia e Ambiente do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul - MédioTejo21

**OBJETIVO ESTRATÉGICO: GOVERNAÇÃO LOCAL E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

**Implementação da iniciativa Licenciamento Zero**

Celebrado protocolo tendo por objeto regular o sistema de pagamentos eletrónicos a utilizar pelo Município na cobrança de taxas relativas ao Licenciamento Zero através do Balcão do Empreendedor, e ainda os mecanismos de atualização de taxas e outros conteúdos informativos

Realizada visita, em 04/06/2014, por elementos do Tribunal de Contas Europeu e da Direção Geral das Atividades Económicas, no âmbito de auditoria que aquele Tribunal está a realizar à Comissão Europeia no que concerne ao seu papel de garante da efetiva implementação da Diretiva Serviços - Diretiva 2006/123/CE

**Reestruturação do portal Municipal**

Em curso preparação de conteúdos e respetiva articulação com a CIMT

**Desenvolvimento e consolidação do modelo de gestão estratégica "Gestão de Excelência"**

Concluídos os QUAR das Unidades Orgânicas. Elaborada matriz de acompanhamento e cronograma do ciclo de gestão

**Transmissão online ou por TV das sessões públicas das reuniões dos Órgãos Autárquicos**

Trabalhos preparatórios em curso

**Promoção da relação eletrónica entre o cidadão/empresário e o governo autárquico, disponibilizando serviços e conteúdos online**

Em curso, preparação de formulários eletrónicos

**OFICIAL PÚBLICO – CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS E DE EMPREITADAS**

Contratos efetuados de 14/05/2014 a 03/06/2014

**CÂMARA MUNICIPAL DE ABRANTES**

Contrato nº 15/2014 – Contrato de Aquisição de Serviços para a Revisão da Carta Educativa para o Concelho de Abrantes – efetuado em 20/05/2014, com Via Educação Unipessoal, Lda.

Contrato nº16/2014 – Contrato de Fornecimento de Gás Propano a Granel para os Centros Escolares de Rio de Moinhos, Bemposta e Tramagal e Centro de Acolhimento do Tejo – efetuado em 22/05/2014, com Tagusgás – Propano, S.A.

Contrato nº18/2014 – Contrato de Aquisição de Solução de Switching – efetuado em 28/05/2014, com Pamafe – Informática, Lda.

Contrato nº20/2014 – Contrato de Aquisição de Serviços de Assistência Técnica a Fotocopiadoras, Impressoras e Faxes - efetuado em 02/06/2014, com Maxicópia – Sociedade Equipamentos de Escritório, Lda.

Contrato nº21/2014 – Contrato de Aquisição de Serviço Técnico Especializado em Conservação e Restauro de Pedra e Azulejo - efetuado em 02/06/2014, com Mural da História, Lda.

**SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ABRANTES**

Contrato nº13/2014 – Contrato de Aquisição de Produtos para Tratamento de Água de Consumo Humano – Lote 5 – Cloro Líquido – efetuado em 14/05/2014, com CUF – Químicos Industriais, S.A.

Contrato nº14/2014 – Contrato de Aquisição de Produtos para Tratamento de Água de Consumo Humano – Lote 2 – Hidróxido Sódio – efetuado em 19/05/2014, com Quimitejo – Produtos Químicos, Lda.

Contrato nº17/2014 – Contrato de Aquisição de Produtos para Tratamento de Água de Consumo Humano – Lote 1 – Hipoclorito Sódio – Lote 3 – Hidróxido Cálcio – Lote 4 – Hipoclorito Cálcio – efetuado em 26/05/2014, com Quimitécnica. Com – Comércio e Indústria Química, S.A.

Contrato nº19/2014 – Contrato de Aquisição de Anidrido Carbónico de Qualidade Alimentar Comumente Conhecido como Dióxido de Carbono (CO2) para abastecer Tanque, pelo Período de um ano - efetuado em 02/06/2014, com Praxair – Portugal Gases, S.A.



## GESTÃO ORÇAMENTAL

### Resumo da Execução Orçamental a 4 de Junho de 2014

#### Execução do Orçamento da Receita

Descrição	Previsões Corrigidas	Receitas Liquidadas	Receita Cobrada Líquida	Tx. Exec. %
<b>Correntes</b>	<b>21.733.893,00 €</b>	<b>12.269.546,91 €</b>	<b>9.806.352,05 €</b>	<b>45%</b>
Impostos Diretos	6.266.119,00 €	2.957.110,87 €	2.957.110,87 €	47%
Impostos Indiretos	112.326,00 €	86.578,83 €	59.386,38 €	53%
Taxas Multas e O. Penal.	181.543,00 €	41.861,06 €	41.003,45 €	23%
Rend. Propriedade	3.074.100,00 €	3.866.193,90 €	2.187.028,04 €	71%
Transf. Correntes	11.120.364,00 €	4.574.500,64 €	4.232.124,22 €	38%
Venda Bens e Serv. Cor.	669.231,00 €	679.682,91 €	285.379,72 €	43%
Outras Receitas Correntes	310.210,00 €	63.618,70 €	44.319,37 €	14%
<b>Capital</b>	<b>11.392.499,00 €</b>	<b>2.539.931,93 €</b>	<b>1.269.736,47 €</b>	<b>11%</b>
Vendas Bens Investimento	594.420,00 €	196,00 €	196,00 €	0%
Transferências Capital	9.731.646,00 €	2.519.762,72 €	1.265.301,03 €	13%
Ativos Financeiros	30,00 €	- €	- €	0%
Passivos Financeiros	950.000,00 €	- €	- €	0%
Outras Receitas de Capital	111.403,00 €	15.821,54 €	87,77 €	0%
Reposições n. Abatidas Pag.	€ 5.000,00	€ 4.151,67	4.151,67 €	83%
<b>TOTAL</b>	<b>33.126.392,00 €</b>	<b>14.809.478,84 €</b>	<b>11.076.088,52 €</b>	<b>33%</b>

#### Execução do Orçamento da Despesa

Descrição	Dotação Corrigida	Compromissos Assumidos	Despesas Pagas	Tx. Exec.
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>20.291.239,00 €</b>	<b>17.147.590,72 €</b>	<b>6.650.026,98 €</b>	<b>33%</b>
Despesas com o pessoal	7.644.750,00 €	7.590.796,18 €	2.611.850,69 €	34%
Aquisição de bens e serv.	8.188.534,00 €	5.892.175,15 €	2.381.766,35 €	29%
Juros e outros encargos	263.500,00 €	144.745,61 €	65.596,61 €	25%
Transferências correntes	3.757.360,00 €	3.125.666,77 €	1.396.333,37 €	37%
Subsídios	30,00 €	- €	- €	0%
Outras despesas correntes	437.065,00 €	394.207,01 €	194.479,96 €	44%
<b>DESPESAS CAPITAL</b>	<b>12.835.153,00 €</b>	<b>6.725.260,07 €</b>	<b>1.837.205,33 €</b>	<b>14%</b>
Aquisição de bens de cap.	10.256.113,00 €	4.853.877,62 €	1.037.028,44 €	10%
Transferências de capital	823.535,00 €	254.537,61 €	48.239,45 €	6%
Ativos financeiros	305,00 €	- €	- €	0%
Passivos financeiros	1.600.200,00 €	1.559.047,02 €	751.937,44 €	47%
Outras despesas de capital	155.000,00 €	57.797,82 €	- €	0%
<b>TOTAL</b>	<b>33.126.392,00 €</b>	<b>23.872.850,79 €</b>	<b>8.487.232,31 €</b>	<b>26%</b>

Informação a prestar nos termos do nº 4 do artº 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro

Saldo e Estado da Dívida a Fornecedores a 4 de junho

menos 30 dias	de >30 e <60 dias	>60 e <90 dias	mais 90 dias	Total
212.502,94 €	139.034,20 €	97.901,47 €	40.156,55 €	489.595,16 €
43%	28%	20%	8%	100%

QREN 2007/2013

Execução a 5 de junho de 2014

CONTRATUALIZAÇÃO 2007/2013	
FEDER INICIAL	6.325.797,00 €
FEDER APROVADO (tx. 85%)	11.317.100,80 €
DIFERENÇA	4.991.303,80 €
TAXA DE APROVAÇÃO	179%
FEDER EXECUTADO	10.279.230,33 €
TAXA DE EXECUÇÃO:	91%

QREN 2007/2013 – OUTROS (POVT, MAIS CENTRO, POPH, PRODER)	
Investimento Total Aprovado	9.477.757,26 €
FEDER APROVADO (tx. 85%)	7.767.276,92 €
Investimento Executado	6.625.645,23 €
FEDER EXECUTADO	5.559.629,64 €
TAXA DE EXECUÇÃO	72%

**Candidatura a aguardar decisão de aprovação (overbooking):**

Galeria Municipal

**Reprogramações em curso:**

Centro de Interpretação do Tejo – MaisCentro

Centro de Interpretação do Tejo – PROVERE

A Presidente da Câmara Municipal

Maria do Céu Albuquerque



*[Handwritten signature]*

## INFORMAÇÃO DO RESPONSÁVEL

## DESPACHO

*À Assembleia  
Municipal para  
conhecimento*

*[Handwritten signature]*

*5/6/14*

DE  
José da Conceição Bento Pedro  
Técnico Superior

PARA  
Exma Sra  
Presidente da Câmara Municipal  
de Abrantes

Nº  
XXXX

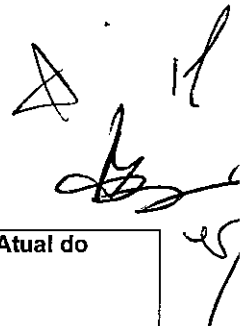
DATA  
04/06/2014

ASSUNTO  
**Processos judiciais**

Para efeitos do artigo 35.º, n.º 4 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, anexa-se relação de processos judiciais a correr trâmites nos Tribunais, designadamente Tribunal Judicial de Abrantes, Tribunal Judicial de Alcobaça, Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, Tribunal Administrativo do Círculo de Coimbra, Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, Tribunal Central Administrativo Sul e Supremo Tribunal Administrativo.

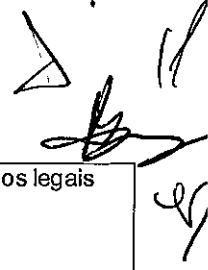
*[Handwritten signature]*

José da Conceição Bento Pedro  
Técnico Superior

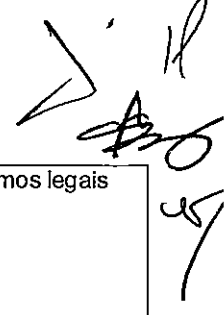


Nº de Processo Judicial	Autor e Réu da Ação Recorrente Recorrido	Matéria de Litígio	Situação Atual do Processo
Valor da Ação			
Proc. 528/04.3 BELRA TAF Leiria	Autor: Vicente Mendes Coxinho e Outros Réu: Município Abrantes	Ação Adm. Especial de pretensão conexa com atos administrativos	Audiência de julgamento designada para dia 30/06
Proc. 199/05.O Belra Trib. Adm.Fisc.Leiria	Autor: João Salvador, Lda e Outro Réu: Município ABT	Ação administrativa comum	Proferida sentença; interposto recurso por ambas as partes
P.2291/04.9BELRA Trib. Adm F. Leiria	Autor: Sind. Nac. Trab Adm. Local Réu: Presidente da Câmara M. Abrantes	Ação Adm. Especial de Pretensão Conexa Com Atos Administrativos	A correr os trâmites legais
Proc.652/05.5BELRA Trib.Ad. Fiscal Leiria	A: Francisco Manuel Magalhães D. Ferreira Réu: M. de Abrantes	Ação administrativa comum - forma sumária	Audiência prévia designada para 12/06
Proc.1162/05.6 BELRA TAF Leiria	A: Joaquim Manuel Cunha dos Santos R: Município de Abrantes	Ação administrativa especial	A correr trâmites legais
Proc.316/06.2BELRA TAF Leiria	Autor: Ministério Público C.Int.: B.N.Ultramarino SA Réu: Câmara Municipal	Ação administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos	A aguardar sentença do STA
Proc.318/06.9BELRA TAF Leiria	Autor: Ministério Público C.Int.: Carmindo Machado Réu: Município ABT	Ação administrativa especial de pret. conexa com atos administrativos	A correr trâmites legais
Proc.409/06.6BELRA TAF Leiria	Autor: Ministério Público C. Int.: Caixa G.Depósitos Réu:Município ABT	Ação administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos	Findo
Proc.410/06.0BELRA TAF Leiria	Autor: Ministério Público C. Int.: Joaquim R. Chaleira Réu: Município ABT	Ação administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos	Aguarda sentença do STA
Proc.411/06.8BELRA TAF Leiria	Autor: Ministério Público C.Int.: Banco BPI,SA Réu: Município de ABT	Ação administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos	A aguardar sentença do STA
Proc.160/07.0 BELRA TAF Leiria € 24.140,00	A: João Francisco M. Alexandre e mulher R: Município de Abrantes e outros	Ação administrativa comum de forma ordinária	Julgamento iniciado em 29/05/2014
Proc. n.º 203/07 BELRA-TAF Leiria	A: AGS –Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, SA R: Município de Abrantes	Ação Administrativa Especial	A correr termos legais
Proc.1000/07.5BELRA TAF Leiria € 235.990,00	A: Josué de Jesus e mulher R: Município de Abrantes	Ação administrativa comum de forma ordinária	A aguardar sentença do TCA Sul
Proc. 1165/07.6 BELRA TAF Leiria € 32.487,26	A: Carlos Alberto Amaral Dias R: Município de Abrantes e outros	Ação adm. especial de pretensão conexa com atos administrativos	A correr termos legais
Proc.149/08.1 BELRA TAF Leiria € 5.735,00	A: Município de Abrantes R: Stell Tejo – Metalomecânica e Fabrico de máquinas	Ação adm. comum	A correr termos legais

Proc. 43/08.6 BELRA TAF Leiria € 55.578,68	A: Gilberto Manuel Silva Matos e outros R: Município de Abrantes	Ação adm. comum – forma ordinária	A correr termos legais
Proc.302/08.8 BELRA TAF. Leiria € 15.613,84	Autor: Salvador Teixeira Duarte Réu: Município ABT	Ação adm. especial	A correr termos legais
Proc.761/08.9BELRA TAF Leiria € 31.091,40	Autor: Cremildo Marques Alexandre Réu: Município ABT	Ação adm. comum – forma ordinária	A correr termos legais
Proc. 1219/08.1 BELRA TAF Leiria € 3.012,75	Imp: Petróleos de Portugal – Petrogal SA Imp: Câmara Municipal de Abrantes	Processo de impugnação	A aguardar sentença do TAF de Leiria
Proc. 265/09.2 BELRA TAF Leiria € 5.500,000	Autor: Maria Arlete Ferreira Lopes e outros Ré: Município de Abrantes	Ação administrativa esp. de pretensão conexa com atos administrativos	A correr termos legais
Proc. 353/09.5 TBABT 2.º Juízo, T. J. Abrantes € 59.970,80	Autor: Construções Jorge Ferreira e Dias, Lda Réu: Município de Abrantes	Ação de processo especial	Suspensa a instância por a A. não ter constituído novo mandatário, sendo tal obrigatório
Proc.1684/09.0 BELRA TAF Leiria € 1.095,83	Autor: Gilberto Manuel Silva Matos Réu: Município de ABT	Ação adm. comum – forma sumária	A correr termos legais
Proc. 1165/08.9 TAABT 3.º Juízo T.J.ABT € 25.000,00	Autor: António Mendes Aleixo e Outra Réu: A. Ferreira Motor, Lda Interv.: Município Abrantes	Ação de processo sumário	A correr novo prazo de suspensão da instância
Proc.n.º1362/10.7 TBABT – 1.º Juízo T. J. Abrantes €149.932,59	R:Município de ABT R: Sofarges- Gestão e Exploração Imobiliária, S.A.	Ação de condenação com processo ordinário	Proferida decisão a declarar a extinção da instância por inutilidade superveniente da lide devida à declaração de insolvência da ré
Proc. n.º 149/10.1 TBABT – 3.º Juízo	Insolvente Portigometal – Construções Metálicas, Lda Interessado: Município de Abrantes	Exercício de direito de preferência em insolvência	A correr termos legais
Proc. 1034/10.2 BELRA TAF de Leiria € 21.499,00	Autor: Adelino Dias Frade Réu:Lena –Engenharia e Construções,S.A. Réu Município de Abrantes	Ação adm. comum –forma comum	TAF de Leiria absolveu os réus
Proc. n.º 357/11.8 BECTB €69.300,00	A: Maria Manuela Maia Mascate Marques e outros R: Município de Abrantes	Ação administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos	A aguardar sentença do TCA Sul
Proc. .º 919/11.3BELRA €102.092,51€	A: Município de Abrantes R: Lúdicoideias, Unipessoal, Lda	Ação administrativa Comum na forma ordinária	A correr termos legais
Proc.nº 652/11.6 TBABT, 2.º Juízo, Tribunal Judicial de Abrantes €936,69	Insolvente: Silva e Dias – Ind. de Alimentação, Imp. e Comércio, S.A. Reclamante / credor – Município de Abrantes	Ação de Insolvência	A correr termos legais
Processo n.º 376/12.7TBABT, 2.º Juízo, Tribunal Judicial de Abrantes €16.000,00	Autor – Município de Abrantes Réus – Ramiro Vitória Coelho e mulher	Ação de processo sumário	Proferida sentença a julgar a ação improcedente. Em prazo para interposição de recurso



Processo n.º 459/12.3TBABT, 1.º Juízo, Tribunal Judicial de Abrantes € 721,94	Reclamante/credor – Município de Abrantes Insolvente – Cristina e Mota, Lda	Ação de Insolvência	A correr termos legais
Processo n.º 996/12.0TBACB, 3.º Juízo, Tribunal Judicial de Alicobaça - Insolvência €441,28	Insolvente: Triângulo . Empresas de Arquitetura e Engenharia, Lda. Credor: Município de Abrantes	Reclamação de Créditos em Insolvência	A correr termos legais
Processo n.º 824/12.6BELRA TAF Leiria €20.651,25	A: Mário Jorge Fernandes Marques e Mulher R: Município de Abrantes	Ação administrativa comum forma sumária	A correr termos legais
Processo n.º 1183/12.2BELRA TAF Leiria €30.000,01	A: UNISELF R: Município de Abrantes Contra-Interessados: GERTAL e outros	Ação Principal	A correr termos legais
Inquérito n.º 829/12.7TAABT MP Abrantes	Denunciante: Município de Abrantes e outros Denunciado: Jorge Manuel da Costa Ferreira Dias	Queixa Crime	A correr termos legais
Processo n.º 124/13.4 BELRA TAF Leiria €50.001,00	Autor: Maria Manuela Gil Morgado Filipe C. Int: Madga Sofia esteves Gomes Réu: Município de Abrantes	Ação administrativa especial de pretensão conexa de atos administrativos	A correr termos legais
Injunção n.º 24932/13.7YIPRT €1.384,87	Requerente: TMN Telecomunicações Móveis Nacionais, SA Requerido: Município de Abrantes	Injunção	TMN veio desistir do pedido; Ainda não foi homologado pelo Juiz
Processo n.º 415/13.4TAABT MP do T. J. Abrantes	Queixoso: Município de Abrantes e a sua Presidente Arguidos: Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e Filomena Barros	Processo Crime	A correr o inquérito no Ministério Público
Processo n.º 78939/13.9IYPRT 27.321.41€	Autor: Progitape – Projetos de Arquitetura, Planeamento e Engenharia, Lda. Réu: Município de Abrantes	Ação administrativa comum – forma sumária	A correr termos legais
Processo n.º 818/13.4TBABT – 3º Juízo Tribunal Judicial de Abrantes 59.924,40€	Autor: Município de Abrantes Réu: Mercar – Sociedade Portuguesa de Comércio e Reparação de Automóveis, Lda.	Ação declarativa de condenação com processo ordinário	A correr termos legais



Processo n.º 751/13.0TBABT – 3º Juízo Tribunal Judicial de Abrantes Insolvência 38,12€	Insolvente: Mendes Transportes, SA Reclamante: Município de Abrantes (SMA)	Reclamação de Créditos	A correr termos legais
Processo n.º 752/13.8TBABT – 2º Juízo Tribunal Judicial de Abrantes Insolvência 2.053,09€	Insolvente: Mendes & Gonçalves, SA Reclamante: Município de Abrantes (SMA)	Reclamação de Créditos	A correr termos legais
Processo n.º 842/13.7BELRA 6.693.719,68€	Autor: Construções Jorge Ferreira & Dias, Lda. Réu: Município de Abrantes	Ação Administrativa Comum - Forma Ordinária	A correr termos legais
Processo n.º 1213/13.0BELRA 2.340,00€	Autora: Margarida Cristina Varandas da Silva Rodrigues Réu: Município de Abrantes	Ação Administrativa Especial de Pretensão Conexa com Atos Administrativos	A correr termos legais
Processo n.º 1314/13.5BELRA-A 30.000,01€	Autor: STAL Réu: Município de Abrantes	Ação Administrativa Especial de Pretensão Conexa com Atos Administrativos	Apresentada contestação. A correr termos legais
Processo n.º 567/14.6TBLRA 148,35€	Insolvente: CRIAGAS, Energia e Comunicações, SA Reclamante/Credor: Município de Abrantes (SMA)	Ação Especial de Revitalização (CIRE)	Apresentada a reclamação de créditos
Processo n.º 277/14.4BELRA 30.000,01€	Autor: Luísa Dias Pimenta Santos e Outros Réu: Infarmed, IP Contra-Interessados: Município de Abrantes e Outros	Providência Cautelar de Intimação para Abstenção de Conduta	Sentença proferida no sentido de não ser decretada a providência cautelar. Interposto recurso pelos autores

**Sessão ordinária – 20 de junho de 2014**

**PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

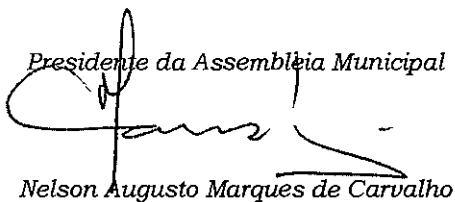
**3. - Serviço Nacional de Saúde – Portaria nº 82/2014, de 10 de abril de 2014**

Considerando o disposto na alínea j) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal delibera:

- a) – **MOÇAS DA EDU**  
APROVADA POR MAIORIA, com 5 votos contra (PSD) e 1 abstenção (EDS/PP);
- b) – **MOÇAS DO PS**  
APROVADA POR MAIORIA, com 5 abstenções (PSD);
- c) – **MOÇAS DO BE**  
APROVADA POR MAIORIA, com 5 votos contra (PSD).

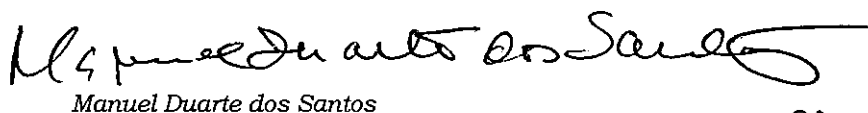
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



Nelson Augusto Marques de Carvalho

1º Secretário



Manuel Duarte dos Santos





a)

## Moção

A saúde é o bem mais importante do ser humano.

Depois de sucessivas “reestruturações” já ninguém no Concelho de Abrantes consegue esconder um profundo mau estar.

Os cuidados de saúde estão mais longe, mais caros e de pior qualidade como se pode constatar nas urgências hospitalares e nas dezenas de milhares de utentes sem médico de família.

É neste contexto que é publicada a Portaria nº82/2014 de 10 de Abril de 2014 para começar a ser implementada a partir de Setembro de 2014 e estar totalmente aplicada em Dezembro de 2015.

Foi anunciada como para “garantir a proximidade, complementaridade e hierarquização da rede hospitalar”.

Na verdade o que a Portaria vai determinar é a extinção de 10 valências do Centro Hospitalar Médio Tejo, nomeadamente a maternidade de Abrantes, bem como a maternidade de Santarém, tendo como consequência o agravamento da já deficiente proximidade dos cuidados, como dos encargos a suportar pelos doentes e familiares. Tem como perspectiva o fecho ou desmantelamento de unidades e serviços com previsíveis despedimentos ou mobilidade forçada dos profissionais.

Por entender que a Portaria 82/2014 é altamente prejudicial para a população do concelho de Abrantes, bem como para todo o País, a Assembleia Municipal de Abrantes reunida a 20 de Junho de 2014 e usando a competência que lhe é conferida pela alínea f) do nº2 do art.º 25 do anexo I à lei nº75/2013, delibera rejeitar a Portaria nº 82/2014 de 10 de Abril de 2014.

Delibera ainda recomendar à Câmara Municipal que providencie a interposição de uma providência cautelar contra a sua aplicação.

Abrantes, 20 de Junho de 2014

Os Eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Abrantes

Ava Paula Garau

Luís

Fredro

b)

(doc. 8)

**Moção: Pela defesa do Serviço Nacional de Saúde**

A publicação da portaria nº 82/2014 de 10 de abril, determina uma nova rede hospitalar e estabelece os critérios que permitem categorizar as unidades hospitalares do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Divide as 48 unidades hospitalares do SNS em quatro grupos, determinando as valências que devem possuir. Esta nova classificação hospitalar assenta em critérios de base populacional e complementaridade da rede hospitalar.

Salienta-se que esta definição era esperada, o último sistema de classificação hospitalar data de 1986, a recriação desta rede era uma das medidas mais complexas previstas no memorando da troika para o sector da saúde, porque esta reforma, se bem desenhada poderia permitir o abaixamento da despesa de modo sustentável.

Ao analisar a portaria de modo a perceber as implicações para a população do concelho de Abrantes verifica-se o seguinte:

- O CHMT foi posicionado no grupo I, o mais baixo. Significa que com isto poderá ter as valências médicas e cirúrgicas de: medicina interna, neurologia, pediatria médica, psiquiatria, cirurgia geral, ginecologia, ortopedia, anestesiologia, radiologia, patologia clínica, imunoterapia e medicina física e de reabilitação.
- Relativamente às valências que o CHMT hoje detém como: oftalmologia, otorrino, pneumologia, cardiologia, gastroenterologia, nefrologia (hemodiálise), corre o risco de as perder, porque a sua permanência tem que ser negociada.
- As valências de urologia, cirurgia plástica deixaram de existir no CHMT porque o grupo I dos hospitais não as pode exercer, estas não são negociáveis nesta portaria.
- Relativamente à maternidade e nefrologia, que também não fazem parte das valências do grupo I e atualmente existem no CHMT, também poderão deixar de fazer parte da oferta de cuidados de saúde do CHMT.

Salienta-se também, que esta portaria não promove a reforma orgânica do SNS, que deve ter em conta a articulação dos cuidados hospitalares, cuidados continuados e cuidados primários, pois o SNS deve ser encarado como um todo, como uma verdadeira rede de cuidados. Por outro lado é apresentada uma profunda reforma hospitalar não fundamentada numa avaliação conhecida do SNS, nem em estudos prévios.

Não se entende também porque não foi consultado o poder local na elaboração desta reforma, efetivamente as autárquicas representam a política de proximidade, pois compreendem melhor a realidade local e as necessidades dos cidadãos.

As autarquias têm responsabilidades no âmbito do SNS, estas plasmadas na Lei de Bases da Saúde, na Base IX que “sem prejuízo de eventual transferência de competências, as autarquias locais participam na ação comum a favor da saúde coletiva e dos indivíduos, intervêm na definição das linhas de atuação em que estejam diretamente interessadas e contribuem para a sua efetivação dentro das suas atribuições e responsabilidades.”

Considerando o atrás exposto, a Assembleia Municipal de Abrantes, reunida em sessão ordinária a 20 de junho de 2014, delibera:

- 1 – Afirmar a necessidade de manter um SNS para todos os cidadãos, melhorando a acessibilidade aos cuidados de saúde.
- 2 – Melhorar a articulação dos diferentes níveis de cuidados de saúde.
- 3 – Exigir a revogação da Portaria n.º 82/2014, de 10 de abril.



4 - Reforçar a necessidade de uma verdadeira reforma hospitalar de um modo racional, participado e transparente, sobretudo, no que respeita à gestão, à melhoria na qualidade assistencial e à organização dos cuidados, mantendo uma lógica de cobertura em redes de referência, e não apenas o encerramento de camas e serviços.

5 - Exigir que na reforma hospitalar sejam ouvidas as Autarquias.

7 - Manifestar a sua total confiança e agradecimento a todos os profissionais de saúde, que com o seu esforço, têm conseguido manter níveis de atendimento com qualidade e segurança no SNS.

8 - Reafirmar a autonomia e insubstituível papel do Poder Local no serviço público prestado às populações e no desenvolvimento de Portugal.

A Assembleia decide enviar esta moção a:

Sua Excelência o Presidente da República

Sua Excelência o Primeiro-ministro.

Sua Excelência o Ministro da Saúde.

Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde.

Todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República.

Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.

Administração Regional de Saúde do Médio Tejo, I.P.

20 de junho de 2014

Assembleia Municipal de Abrantes

Partido Socialista

Teresa Barreira  
F. Florinda F. S. Solgueiro  
J. José Manuel Rodrigues Felice  
José Carlos Veiga  
Manuel José S. S. Flor  
António Manuel Costa

Paula do Piedade da Faria Pinto  
Francisco José de Almeida  
Inteima Spicas Gomes  
António Manuel António  
F. Maria de Almeida  
Ricardo Filipe dos Santos Apêrio  
Alves  
D. Carlos Manuel Brilhante Costa Alcyon  
P. 5/6



Bloco de Esquerda

Grupo Parlamentar Bloco de Esquerda - Assembleia Municipal de Abrantes

c)

(doc 9)  
[Handwritten signature and initials]

Assembleia Municipal de Abrantes  
20 de Junho de 2014

Período da Ordem do Dia  
Moção-SNS Portaria nº 82-2014 de 10 de Abril

**Considerando que:**

- a Portaria nº 82/2014 prevê uma efectiva redução de valências médicas e cirúrgicas nos três hospitais integrados no Centro Hospitalar do Médio Tejo — Torres Novas, Abrantes e Tomar— e ainda no Hospital de Santarém.
- o Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santarém, José Josué, assumiu publicamente que estará a ser preparada a constituição de um "Grupo Hospitalar do Ribatejo", integrando os hospitais do Centro Hospitalar do Médio Tejo e o Hospital de Santarém, numa reorganização de contornos indefinidos e cujo projecto o governo se recusa divulgar.
- as declarações governamentais no sentido de que os hospitais não perderão valências e de que nada se fará " sem que os autarcas sejam informados ou envolvidos no processo" colidem com a realidade e não permitem atitudes complacentes, pois a prática governamental tem sido a da contínua redução de serviços públicos.
- na mira do governo estão, mais uma vez, as pessoas comuns, que só vêm contando no momento de cortar salários, reduzir reformas e sobrecarregar com impostos — mas abandonados na hora da doença, quando estão mais vulneráveis e mais precisam de apoio.

**A Assembleia Municipal do Abrantes decide:**

- Exigir a revogação da Portaria 82/2014;
- manifestar-se, desde já e frontalmente contra qualquer reorganização hospitalar no distrito que implique retirada de valências nos hospitais que actualmente as disponibilizam;
- apoiar iniciativas neste mesmo sentido providas de outras autarquias da nossa região e declarar-se aberta à cooperação e à articulação de esforços;
- recomendar à CIMT a convocação de um PLENÁRIO DE AUTARCAS, para debater o estado dos cuidados de saúde na região e tomar uma posição sobre estes ataques contra o Serviço Nacional de Saúde (SNS);
- alertar a população para as implicações negativas das alterações em curso na prestação dos cuidados de saúde, apelando à mobilização contra estas alterações.

Abrantes, 20 de Junho de 2014

[Handwritten signature]  
O deputado municipal do Bloco de Esquerda

1  
PR 6/6

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados municipais, Senhores Presidentes de Junta, Senhora Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Comunicação social, senhoras e senhores.

Tendo em conta a Alteração ao Plano de Urbanização do Pego em apreciação nesta Assembleia quero manifestar-vos a satisfação da população.

• Esta alteração teve como objetivos:

- corrigir e retificar situações identificadas
- clarificar interpretações, suscitando uma melhor aplicação da regulamentação
- Atualizar conceitos, articulando e compatibilizando com a legislação atual .

Mas este processo não foi fácil e foi, sobretudo, moroso.

Esta alteração passou por quatro fases distintas que passo a citar:

**2011** - período de participação pública

**2012** - apresentação e discussão das propostas de alteração ao plano, onde estiveram presentes a Junta de Freguesia bem como os serviços técnicos e a comissão de acompanhamento da C.M.A.

**2013** - conferência de serviços e concertação com entidades

**2014** - 24 de Fevereiro a 4 de Abril foi o período de discussão pública sendo este comunicado a toda a população e também divulgado num dos jornais principais

• As principais alterações introduzidas foram:

**O regulamento e a planta de zonamento**

- No regulamento foram atualizados conceitos, adaptando-os à legislação atual, eliminadas normas dispensáveis ou descontextualizadas, simplificada a regulamentação e alterados índices urbanísticos
- Em relação à planta de zonamento foram atualizados zonamentos, em função da realidade existente, eliminadas vias propostas consideradas desajustadas, atualizados conjuntos patrimoniais edificados e edificadas áreas de equipamento.

Não tendo havido nenhuma observação a esta alteração ao plano de urbanização por parte da população do Pego, a Junta de Freguesia considera que o trabalho final aqui em apreciação para aprovação é uma mais valia, pelo que, naturalmente, merece a nossa aprovação

Finalmente, não podemos deixar de referir a importância da colaboração e todo o apoio da C.M.A neste processo, sem o qual não teria sido possível a qualidade destas alterações.

P. e, Junta do Pego

8'  
(doc. 12)  
B  
29

**Sessão ordinária – 20 de junho de 2014**

**PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

**4. - Alteração do Plano de Urbanização do Pego**

Considerando o disposto na alínea r) do n° 1 do artigo 25° da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, e ao abrigo do n° 1 do artigo 79° do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **aprovar** a **Alteração do Plano de Urbanização do Pego**, conforme documento anexo.

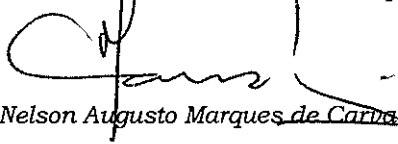
**Votação:**

APROVADO POR MAIORIA, com 1 abstenção (BR).

2

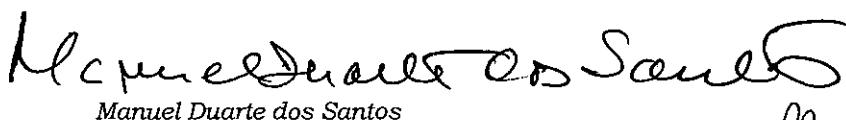
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n°s 3 e 4 artigo 57°, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



Nelson Augusto Marques de Carvalho

1° Secretário



Manuel Duarte dos Santos

Pl. 1/18



**ALTERAÇÃO DO PLANO**

# Urbanização do Pego

**RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO  
DO PERÍODO DE DISCUSSÃO  
PÚBLICA**

**CÂMARA MUNICIPAL DE ABRANTES**  
DIVISÃO DE ORDENAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA  
SERVIÇO DE ORDENAMENTO DE TERRITÓRIO  
ABRIL 2014





## Índice

1 INTRODUÇÃO.....	2
2 ANTECEDENTES .....	3
3 DIVULGAÇÃO .....	5
4 PARTICIPAÇÕES .....	11
5 ANÁLISE .....	12
6 CONCLUSÃO .....	14
ANEXOS .....	14
I – Ficha de participação.....	14
II – AVISO – DISCUSSÃO PÚBLICA.....	14

## 1 INTRODUÇÃO

No âmbito do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial – RJIGT – e de acordo com o artigo 77º, na redação do D.L. n.º 46/2009 de 20/02, após o período de discussão pública a Câmara Municipal pondera as participações ocorridas através de relatório de ponderação e em função da sua análise, elabora a versão final do Plano, propondo a sua aprovação à Assembleia Municipal.

Sublinhe-se que a câmara municipal é obrigada a responder no caso das participações que aludam a,

- a) A desconformidade com outros instrumentos de gestão territorial eficazes;*
- b) A incompatibilidade com planos, programas e projetos que devessem ser ponderados em fase de elaboração;*
- c) A desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis;*
- d) A eventual lesão de direitos subjetivos.*

O presente relatório refere-se ao período de discussão pública ocorrido entre 24/02/2014 e 04/04/2014, na sequência da publicação do Aviso n.º 2331/2014 em Diário da República, 2.ª série — N.º 32 — 14 de fevereiro de 2014

Neste âmbito, o relatório procede à apresentação das participações efetuadas, à aferição técnica e sobre a pertinência das mesmas, sugerindo eventuais alterações à proposta do plano. Procede-se ainda, à deteção de gralhas nos elementos do plano, diligenciando uma conformidade global, da proposta de revisão.

Abordam-se criticamente as participações ocorridas, aferindo das vantagens / desvantagens das mesmas para a estratégia preconizada pela proposta de alteração. Constituinte-se como uma oportunidade de aferir a coerência global entre a proposta e os objetivos preconizados.

Verificando-se no período estabelecido para a discussão pública, a existência de uma única participação.

## 2 ANTECEDENTES

O Plano Urbanização do Pego - PUP - foi publicado através do Aviso n.º 3730/2008 em Diário da República, 2.ª série — N.º 32 — 14 de Fevereiro de 2008. Decorridos três anos após publicação do Plano de Urbanização do Pego – 2011 -, entendeu-se apreender a aplicabilidade das normas existentes, a sua eficácia e repercussão no território.

Nesse âmbito, foram detetadas várias normas, onde a redação das mesmas oferecem interpretações dúbias, e/ou desajustadas à realidade e escala, para além da correspondente desatualização face a legislação em vigor, e à alteração de premissas de ordenamento (PROT-OVT), reconhecendo-se a necessidade de clarificar, retificar e atualizar, os conteúdos do plano.

A situação do plano em vigor retrata também a ausência de alguns elementos edificados, originando incoerências com o zonamento em vigor. Aos factos, acresceu a oportunidade de fomentar condições de regeneração urbana, face a eventuais efeitos multiplicadores de investimentos possíveis, no âmbito da proximidade de atividades económicas.

Dando seguimento ao procedimento de alteração do Plano de Urbanização do Pego (artigos 74º e 96º do D.L. nº 380/99 de 22 de Setembro, na sua redação atual), a Câmara Municipal de Abrantes deliberou, em reunião de 9 de Junho de 2011, aprovar o procedimento de alteração, tendo como objetivos principais:

- Correções e retificações, a situações identificadas;
- Clarificar interpretações, suscitando uma melhor aplicação da regulamentação;
- Atualizar conceitos, articulando e compatibilizando com legislação atual.

### SINTESE DE ANTECEDENTES

#### 1 – Deliberações de Câmara

- 9 de Junho de 2011, deliberou aprovar a proposta para iniciar o procedimento de alteração ao Plano Urbanização do Pego - PUP (Aviso n.º 14123/2011 de Diário da República, 2.ª série — N.º 133 — 13 de Julho de 2011).

#### 2 – Período de Participação Pública

- Decorreu entre 13 Julho e 19 de Agosto de 2011 (Publicitado em DR, Comunicação Social, site da Câmara Municipal e nas respetivas Juntas de Freguesia – Certidão de Afixação).

### 3 – Reuniões - 2012

- Apresentação e discussão das propostas de alteração ao Plano, na Junta de Freguesia do Pego.

### 4 – Conferência de Serviços

- Realizada a 22/04/2013, nas instalações da CCDR-LVT – Lisboa.

- Parecer desfavorável – fundamentado na ausência de enquadramento nas orientações e diretrizes do PROT-OVT, nas falhas de conteúdo documental e material nos termos do RJIGT, na falta de elementos que permitam aferir o cumprimento do RGR e no insuficiente enquadramento legal e justificação técnica sobre as opções de classificação do uso do solo e do estabelecimento das respetivas regras urbanísticas/de ocupação.

- Após a realização da conferência de serviços e emissão de respetivo parecer, a legislação prevê um período de concertação entre autarquia/entidades, para se ultrapassar as questões legais suscitadas.

### 5 – Reuniões de concertação

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo – 05/06/2013;
- Direção Geral do Território – 16/05/2013;
- Estradas de Portugal – 27/05/2013;
- Turismo de Portugal – 30/05/2013;
- Autoridade Nacional de Proteção Civil – 18/06/2013.

A versão do plano apresentado a discussão pública resulta da ponderação dos pareceres emitidos pelas diversas entidades e do resultado das reuniões de concertação realizadas, estabelecendo a proposta pós-concertação o total cumprimento das observações legalmente estabelecidas.



### 3 DIVULGAÇÃO

O presente período de discussão pública, foi desencadeado na sequência da publicação do Aviso n.º 2331/2014 em Diário da República, 2.ª série — N.º 32 — 14 de Fevereiro de 2014, divulgado através de Editais nas Juntas de Freguesia; - Comunicação social (Diário de Notícias – 26/02/2014; Nova Aliança – 21/02/2014); Aviso em DR e publicação no site do Município ([\*\*abran\*\*tes  
www.cm-abran](http://www.cm-abran</a>tes.pt/).</p>
</div>
<div data-bbox=)



#### FREGUESIA DE

Aldela do Mato e Souto

#### CERTIDÃO DE AFIXAÇÃO

Nome: Alvaro Manuel Paulino

Cargo: Presidente

Certifico que, nesta data, afixei nos locais do costume, vários exemplares do Aviso deste município, datado de 21 de janeiro de 2014, divulgando o período de discussão pública, relativo à Alteração do Plano de Urbanização do Pego, publicado no Diário da República, 2ª série nº 32 de 14 de fevereiro de 2014.

Por ser verdade e para os devidos efeitos, passo a presente certidão que assino.

A. Mato, 27 de Fevereiro de 2014







No passado dia 7 de Março, o deputado do PCF eleito por Santarém, António Filipe, dedicou-se a Abrantes para se inteirar da posição do Agrupamento de Abrantes do Ordem dos Advogados sobre o novo mapa judicializatório. O deputado disse que o grupo parlamentar comunista vai suscitar a aprovação no Parlamento do Decreto Lei do mapa judicializatório logo que este seja publicado.



A saída de uma reunião com a Câmara dos Deputados de Alagoas, Antônio Lima diz que a sustentação de um deputado é feita de três maneiras: a) de dinheiro; b) de influência política; c) de votos. Ele afirma que os membros do parlamento alagoano não se encaixam em nenhuma dessas categorias, mas que, no entanto, estão ligados ao grupo parlamentar do PCP, um movimento não reconhecido pelo TSE. Lima diz que os deputados do PCP são obrigados a votar de acordo com o que o grupo parlamentar decide. Ele afirma que os deputados do PCP não são ligados ao partido, mas sim ao grupo parlamentar. Ele afirma que os deputados do PCP não são ligados ao partido, mas sim ao grupo parlamentar.

[illegible]

nessa época industrial, quando a produção destinada ao longo do Al se multiplicava em milhares de toneladas, a indústria responsável pela produção de materiais plásticos não estava nem mesmo começando a produzir. Assim, a indústria brasileira não estava nem mesmo começando a produzir. Assim, a indústria brasileira não estava nem mesmo começando a produzir.

Antônio Filho manifestou que "a PFL defende que cada uma das condições atualmente existentes deve manter pelo menos um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e o crescimento social e político, sem que se apresente como a solução *deveria* ser a solução".  
Tendo observado que "o processo da justiça judicial não se constitui com a publicação do Decreto-Lei". O deputado manifestou ainda que, apesar de não poder participar, "com mais ou menos do processo", sendo necessário "seleção adequada a promover por Assembleia da República, através de legislação, autonomia e prerrogativas eleitorais em que possam

A Comissão de Direitos da Saúde do Médio Teju (CLISMT) exigiu na terça-feira, dia 11 de Março, cuidados de saúde mais robustos e de maior qualidade, tendo anunciado a realização de uma vigília em dia 11 de Abril e a recolha de um abastecimento

[illegible][illegible]

O Gabinete de Protecção Civil da Indústrias da Vila de Rei e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Vila de Rei vão participar na comemoração do Dia Internacional da Protecção Civil.

Às 10h30h de Maio, tem assim lugar a "Semana Aberta", onde todos os membros poderão assistir a uma das

Quarta-Feira, 14 de Maio de 1997. A primeira reunião mensal da comunidade Vitoriana de Alameda foi realizada no dia 14 de Maio de 1997, às 19h, no salão de festas da Associação dos moradores da Vila de São José, com a presença de 15 moradores. A reunião teve como objetivo principal a apresentação do projeto de criação de uma Associação de Moradores da Vila de São José, bem como a discussão das prioridades para a realização das obras de infraestrutura e melhorias no espaço público. A reunião foi conduzida por um dos membros da comunidade, o Sr. João da Silva, e contou com a participação ativa de todos os presentes. O projeto de criação da Associação de Moradores da Vila de São José foi aprovado por unanimidade, e a reunião terminou com a decisão de realizar uma reunião de trabalho para a elaboração do estatuto da Associação.



Pl. 9/18





*Handwritten signature and initials.*

## PARTE H

### MUNICÍPIO DE ABRANTES

Aviso n.º 2331/2014

Alteração do Plano de Urbanização do Pego

Abertura do período de discussão pública

Fazer público, para efeitos do n.º 3 e 4 do artigo 77.º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 389/99, de 22 de setembro, na sua redação (DJGT), que a Câmara Municipal de Abrantes deliberou em 07 de janeiro de 2014, após conclusão do período de acompanhamento e concertação, procede à abertura de um período de 30 dias (dez) para discussão pública da proposta do projeto de Alteração ao Plano de Urbanização do Pego, a partir do 5.º dia subsequente à da publicação do presente aviso no Diário da República.

Durante o referido período, o projeto de alteração ao plano de urbanização do Pego e os pareceres emitidos (pareceres de entidades e relatório de concertação), estarão disponíveis para consulta dos interessados nos seguintes locais:

- Câmara Municipal de Abrantes (Praça Rainha D. Sanches 2209-366 Abrantes);
- Site da Câmara Municipal (<http://www.cm-abrantes.pt>).

Os interessados podem apresentar reclamações, sugestões, observações ou pedidos de esclarecimento, por carta e dirigido à Presidente da Câmara Municipal ou através de correio eletrónico (email: [cas.dg@cm-abrantes.pt](mailto:cas.dg@cm-abrantes.pt)) referindo expressamente discutindo pública da Alteração do Plano de Urbanização do Pego, com a identificação e morada de contacto do signatário, para efeitos de resposta, caso a manifestação se enquadre no n.º 5 do artigo 77.º do diploma legal acima mencionado.

Para os devidos efeitos, é publicado o presente Aviso no Diário da República, 2.ª série, em edital afixado nos lugares habituais, na comunicação social e na página da Internet da Câmara Municipal.

21 de janeiro de 2014. — A Presidente da Câmara Municipal de Abrantes, *Maria do Céu Albuquerque*.

207502199

### MUNICÍPIO DE ALCANENA

Edital n.º 134/2014

Fernanda Maria Pereira Assencio, Presidente da Câmara Municipal de Alcanena, submete a apreciação pública e a participação dos interessados, por um período de 30 dias úteis, a contar da publicação no Diário da República, nos termos e para os efeitos do n.º 1, do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, e em conformidade com o deliberado pela Câmara, na sua reunião realizada em 03/02/2014, a Proposta de Alteração do Regulamento do Licenciamento das Atividades Diversas Previstas no Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de novembro, e no Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro. — Transferência para a Câmara Municipal de Competências dos Governos Cívicos, que a seguir se transcreve.

Qualquer sugestão ou reclamação poderá ser apresentada por escrito e entregue em mão no GAF — Gabinete de Apoio à Presidência, sito na Praça 8 de Maio, em Alcanena, ou enviado, por correio, para o endereço: Câmara Municipal de Alcanena, Praça 8 de Maio, 2380-037 Alcanena. Poderá, também, ser enviado via e-mail para: [geral@cm-alcaren.pt](mailto:geral@cm-alcaren.pt).

Para maior se publica o presente edital e outros de igual teor, que são afixados nos lugares públicos do costume.

14 de fevereiro de 2014. — A Presidente da Câmara, *Fernanda Maria Pereira Assencio*.

Proposta de Alteração do Regulamento do Licenciamento das Atividades Diversas Previstas no Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de novembro, e no Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro. — Transferência para as Câmaras Municipais de Competências dos Governos Cívicos.

#### Nota justificativa

O Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de novembro, transfere para as câmaras municipais competências dos governos civis em matérias censuráveis, informativas e de licenciamento.

No que as competências para o licenciamento de atividades diversas diz respeito — guarda-noturno, venda ambulante de alimentos, arrendamento de automóveis, realização de acampamentos ocasionais, exploração de máquinas automáticas, mecânicas, elétricas e eletrónicas de diversão, realização de espetáculos desportivos e de divertimento públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre, venda de bilhetes para espetáculos ou divertimentos públicos em agências ou postos de venda, realização de jogos e jogos de azar e a realização de lotões — o Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, veio estabelecer o seu regime jurídico.

O artigo 53.º deste último diploma prescreve que o exercício das atividades nele previstas será objeto de regulamentação municipal, nos termos da lei.

Em cumprimento de tal desiderato legal foi aprovado pela Assembleia Municipal de Alcanena, na sua reunião ordinária realizada em 26 de setembro de 2003, procedendo proposta da Câmara Municipal aprovada na sua reunião ordinária de 8 do mesmo mês, procedendo inquirição pública, o Regulamento Tipo do Licenciamento das Atividades Diversas previstas no Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de novembro, e no Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro. — Transferência para as Câmaras Municipais de Competências dos Governos Cívicos.

O citado Regulamento foi publicado no anêxido n.º 137 no Diário da República, 2.ª série, n.º 247, de 24 de outubro de 2003.

Faz a publicação do Decreto Regulamentar número 2-A/2003, de 24 de março, que veio definir normas relativamente à utilização das vias públicas para a realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outro que possam afetar o trânsito normal, foi necessário atualizar o mencionado regulamento em suas disposições relacionadas com o âmbito do citado Decreto Regulamentar.

Assim a Assembleia Municipal de Alcanena, na sua sessão extraordinária realizada em 25 de novembro de 2003, procedendo proposta da Câmara Municipal aprovada na sua reunião ordinária de 14 do mesmo mês, procedendo inquirição pública, aprovou as alterações ao citado Regulamento, em conformidade com o disposto no mencionado decreto regulamentar.

As citadas alterações foram publicadas no anêxido n.º 4 no Diário da República, 2.ª série, n.º 14, de 19 de janeiro de 2004.

Em 1 de abril de 2011, foi publicado o Decreto-Lei n.º 48/2011, o qual veio introduzir alterações ao Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, eliminando o licenciamento da atividade das agências ou postos de venda de bilhetes para espetáculos ou divertimentos públicos e o licenciamento do exercício da atividade de realização de lotões, sem prejuízo da legislação especial que regula determinados lotões, e simplificando o regime de licenciamento de algumas atividades diversas no âmbito da iniciativa «Licenciamento Zero».

O Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, que regula o regime denominado «Licenciamento Zero», procede a uma profunda alteração ao modelo de controlo prévio em diversas áreas de intervenção por parte das Autarquias Locais.

O citado Decreto-Lei n.º 48/2011 procura reduzir os encargos administrativos sobre os cidadãos e empresas, por via da eliminação de licenças, autorizações, vizações e enquadramentos prévios para algumas atividades. Reduz, pois, a incidência da atividade administrativa municipal na fase de controlo prévio e aumenta a ênfase na fiscalização a posteriori e, bem assim, na criação de mecanismos de responsabilização efetiva dos promotores.

O regime criado pelo mencionado decreto-lei procede, ainda, à criação e disponibilização de um balcão único eletrónico, onde é possível ao munícipe cumprir as atos e formalidades necessários para aceder e exercer uma atividade de serviços, com o objetivo de desburocratizar procedimentos e modernizar a relação da Administração Pública com os particulares.

Ementado, em 29 de agosto de 2012, foi publicado o Decreto-Lei n.º 204/2012, o qual veio introduzir alterações ao regime de instalação e


*Handwritten signature and date: 10/19*





Os elementos disponibilizados nas instalações da autarquia (Praça Raimundo Soares, horário de expediente) e no respetivo *site* (<http://www.cm-abran.pt/>).

- Aviso de abertura do período de discussão pública, publicado em DR;
- Ficha de participação;
- Extracto da acta da reunião de Câmara;
- Concertação e Pareceres das entidades;
- Elementos relativos à proposta de plano.



## ELEMENTOS DISPONIBILIZADOS DA PROPOSTA DE PLANO

### Peças escritas

Avaliação ambiental; Extrato Regulamento PDM; Ficha de dados estatísticos; Regulamento; Relatório de concertação; Relatório e Termos de referência.

### Peças desenhadas:

#### Elementos que acompanham

C1\_PlantaEnquadramento;  
C2\_PlantaSituaExist10k,  
C3\_PlantaExtrOrd  
C3.1\_PlantaExtrOrd25k,  
C4\_PlantaExtrCondicionantes,  
C5\_PlantaCompromissos10k  
C6.1.1RedeViária\_PrincLigações10k  
C6.1.2RedeViária\_Inventário10k  
C6.1.3RedeViáriaProposta10k  
C6.1.4RedeViáriaPerfis  
C6.2RedeAbastecimento10k  
C6.3RedeSaneamento10k  
C7.1\_Planta do ruído diurno10k  
C7.2\_Planta do ruído nocturno10k  
C8\_Planta do Património10k  
C9.1\_PlantaUsosEdificado10k  
C9.2\_PlantaEstadoConserv10k  
C9.3\_PlantaNPisos10K  
C10.1Beco do Outeiro10k  
C10.2Beco da Vinha10k  
C10.3Rua da Roseira Pequena10k  
C10.4Rua do Molho de Vento10k  
C10\_Planta de Alinhamentos\_10K  
C11\_EstruturaEcologica10k  
C12\_ZonaMista10k

#### Elementos constituintes

F01\_PlantaZonamento10k  
F02\_PlantaCondicionantes10k



#### 4 PARTICIPAÇÕES

Durante o período de discussão pública, verificou-se apenas uma única participação.

- Joaquim Lourenço da Silva, com morada na Rua do Pisco n.º 8 Abrantes.

Pretende a desafetação do seu artigo (271 L na Rua do Monte Galego na Freguesia do Pego) do Espaço de uso especial – Equipamentos propostos.

VER: 11/11/11 / 2011/11/11 - 11/11/11

Excmo. Senhora  
Presidente da Câmara Municipal  
Abrantes

Joaquim Lourenço da Silva, viúvo, residente na Rua do Pisco, n.º 8, da cidade de Abrantes, no quadro da discussão pública do Plano de Urbanização do Pego, vem expor e requerer a Vossa seguinte:

1- O Requerente é dono e legítimo proprietário, conjuntamente com seus filhos por herança indivisa, de um prédio rústico sito na Freguesia do Pego e inscrito na matriz sob o artigo n.º 271 L.

2- Esse artigo rústico é contíguo ao prédio urbano, também dos mesmos proprietários, sito na Rua do Monte Galego, n.º 125, daquela freguesia.

Acontece que:

3- No Plano de Urbanização do Pego ainda em vigor, aquele prédio rústico foi afectado a uso público, designadamente espaços verdes e equipamentos públicos não obstante reclamação apresentada em tempo pelo Requerente e indeferida há mais de uma década de anos, como consta do processo;

4- Ao longo de todos estes anos, descontente o Requerente qualquer iniciativa ou projecto de natureza pública para tal parcela de terreno que, assim se mantém, apesar da sua classificação;

5- Também não conhece o Requerente qualquer projecto ou iniciativa para futuro, de uso público daquela parcela de terreno;

6- Além, nos anos de dificuldades financeiras que hoje se vivem e especulam a capacidade de investimento público nos próximos anos, será expectável que nada vá ser edificado naquele local, com o fim em si agora.

Logo,

7- Na proposta de Plano de Urbanização do Pego em apreciação surge de novo, tal parcela de terreno afecta a fim público, agora a equipamentos públicos a edificar.

#### SENHORA PRESIDENTE

O Requerente, que foi desde sempre Municipal em Abrantes, compreende a defesa do interesse público que incumbe ao Município, e por isso acitou, concordar mais sem reclamar, a decisão que afectou esta parcela até a presente data.

Esta é vista que tal afectação ao domínio público foi inconsequente e assim permanecerá se não for revista. Nem o interesse público beneficia nem se evita a lesão e o prejuízo, desincentivando, do direito de propriedade do Requerente.

Assim, solicita-se a Vossa seja revista o Plano de Urbanização do Pego, de sorte a que fique livre de encargos a parcela de terreno, identificada no n.º 1 do presente Requerimento.

O REQUERENTE

Joaquim Lourenço da Silva

2013/18

## 5 ANÁLISE

A sugestão incide em área prevista para equipamentos, situando-se a mesma, em área adjacente ao atual estabelecimento escolar, assegurando eventuais necessidades programáticas de expansão ou qualificação, com aproximadamente  $10.979 \text{ m}^2$  – área de uso especial / equipamentos propostos –, perfazendo em conjunto com a área de uso especial / equipamentos existentes, um total de  $13.441 \text{ m}^2$  (Figura 1).

Aferindo as áreas de equipamentos previstas, com os critérios de planeamento utilizados no âmbito da revisão do plano de urbanização de Abrantes e revisão do plano diretor municipal, caso existisse um aumento de 50% face ao atual número de alunos, a área de expansão prevista seria ocupada em apenas 40 % da mesma.

Note-se que, a área proposta assumia a possibilidade da existência de outras valências no futuro para o espaço. A proposta assumiu o constante no plano em vigor, admitindo-se excessiva para o previsto.

Objetivando o proposto pelo munícipe, e aferindo uma hipotética exclusão de área de equipamentos, equivalente a  $3.049 \text{ m}^2$  (Figura 2), verifica-se a existência de  $10.392 \text{ m}^2$  no total (área de uso especial / equipamentos propostos e existentes), correspondendo  $7.930 \text{ m}^2$  de área de área de uso especial / equipamentos propostos.

Considera-se que a área remanescente de  $7.930 \text{ m}^2$  assegura qualquer eventualidade de expansão da área escolar, bem como a existência de outro tipo de equipamento, possibilitando acesso pela rua da Roseira, sendo plausível a concretização do sugerido





2  
15/18

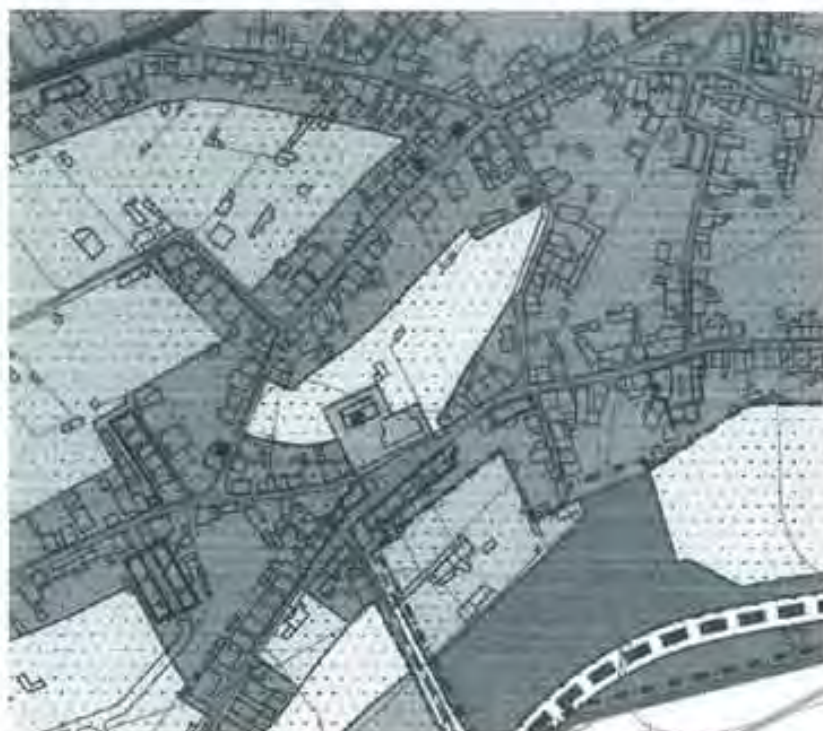


Figura 1 - Extrato da planta de zonamento proposta, submetida a discussão pública



Figura 2 - Extrato da planta de zonamento proposta, proposta de projeto final

## 6 CONCLUSÃO

Após o decurso do período de discussão pública, analisadas e ponderadas as sugestões/observações existentes, e elaborado o relatório de ponderação dos resultados relativo ao período de Discussão Pública", propõe-se que a Câmara Municipal aprecie e aprove, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 77.º do RJIGT, devendo posteriormente ser o mesmo divulgado designadamente através da comunicação social e da respetiva página da Internet.

## ANEXOS

I – FICHA DE PARTICIPAÇÃO

II – AVISO – DISCUSSÃO PÚBLICA





## PARTE H

### MUNICÍPIO DE ABRANTES

Aviso n.º 2331/2014

#### Ateração do Plano de Urbanização do Pego

#### Abertura do período de discussão pública

Faz-se público, para efeitos do n.º 3 e 4 do artigo 77.º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na atual redação (RJIGT), que a Câmara Municipal de Abrantes deliberou em 07 de janeiro de 2014, após conclusão do período de acompanhamento e concertação, proceder à abertura de um período de 30 dias úteis para discussão pública da proposta do projeto de Alteração ao Plano de Urbanização do Pego, a partir do 5.º dia subsequente ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

Durante o referido período, o projeto de alteração ao plano de urbanização do Pego e os liberais elementos (pareceres de entidades e relatório de concertação), estarão disponíveis para consulta dos interessados nos seguintes locais:

- Câmara Municipal de Abrantes (Praça Raimundo Soares 2200-266 Abrantes);
- Site da Câmara Municipal (<http://www.cmabrant.es.pt>).

Os interessados podem apresentar reclamações, sugestões, observações ou pedidos de esclarecimento, por carta e dirigido à Presidente da Câmara Municipal ou através de correio eletrónico ([cmab@cmabrant.es.pt](mailto:cmab@cmabrant.es.pt)) referindo expressamente discussão pública da Alteração do Plano de Urbanização do Pego, com a identificação e morada de contato do signatário, para efeitos de resposta, caso a manifestação se enquadre no n.º 3 do artigo 77.º do diploma legal acima mencionado.

Para os devidos efeitos, é publicado o presente Aviso no *Diário da República* 2.ª série, em edital afixado nos lugares habituais, na comunicação social e na página da Internet da Câmara Municipal.

21 de janeiro de 2014. — A Presidente da Câmara Municipal de Abrantes, *Marta do Cón. Albuquerque*.

207592100

### MUNICÍPIO DE ALCANENA

Edital n.º 134/2014

Fernanda Maria Pereira Assis, Presidente da Câmara Municipal de Alcanena, submete a apreciação pública e a participação dos interessados, por um período de 30 dias úteis, a contar da publicação no *Diário da República*, nos termos e para os efeitos do n.º 1, do artigo 118.º, do Código do Procedimento Administrativo, e em conformidade com o deliberado pela Câmara, na sua reunião realizada em 02/02/2014, a Proposta de Alteração do Regulamento do Licenciamento das Atividades Diversas Previstas no Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de novembro, e no Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro. — Transferência para as Câmaras Municipais de Competências dos Governos Cívicos, que a seguir se transcreve.

Qualquer sugestão ou reclamação poderá ser apresentada por escrito e entregue em mão ao GAP — Gabinete de Apoio à Presidência, sito na Praça 8 de Maio, em Alcanena, ou enviado, por correio, para o endereço: Câmara Municipal de Alcanena, Praça 8 de Maio, 3380-037 Alcanena, Poderá, também, ser enviado via e-mail para [geral@cm-alcanena.pt](mailto:geral@cm-alcanena.pt).

Para contar-se publica o presente edital e outros da igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

3 de fevereiro de 2014. — A Presidente da Câmara, *Fernanda Maria Pereira Assis*.

Proposta de Alteração do Regulamento do Licenciamento das Atividades Diversas Previstas no Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de novembro, e no Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro. — Transferência para as Câmaras Municipais de Competências dos Governos Cívicos.

#### Nota justificativa

O Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de novembro, transfere para as câmaras municipais competências dos governos civis em matérias consultivas, informativas e de licenciamento.

No que às competências para o licenciamento de atividades diversas diz respeito — guarda-noturno, venda ambulante de lotarias, animador de autoconcertos, realização de acampamentos ocasionais, exploração de máquinas automáticas, mecânicas, elétricas e eletrónicas de diversão, realização de espetáculos desportivos e de divertimentos públicos nas ruas, jardins e demais lugares públicos ao ar livre, venda de bilhetes para espetáculos ou divertimentos públicos em agências ou postos de venda, realização de foguetes e queimadas e a realização de feições — o Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, não estabeleceu a sua regime jurídico.

O artigo 53.º deste último diploma prescreve que o exercício das atividades nele previstas será objeto de regulamentação municipal, nos termos da lei.

Em cumprimento de tal desiderato legal foi aprovado pela Assembleia Municipal de Alcanena, na sua sessão ordinária realizada em 26 de setembro de 2005, procedendo proposta da Câmara Municipal aprovada na sua reunião ordinária de 11 do mesmo mês, procedendo inquérito público, o Regulamento Tipo do Licenciamento das Atividades Diversas previstas no Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de novembro, e no Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro. — Transferência para as Câmaras Municipais de competências dos Governos Cívicos.

O citado Regulamento foi publicado no apêndice n.º 157 ao *Diário da República* 2.ª série, n.º 247, de 24 de outubro de 2005.

Fica a publicação do Decreto Regulamentar número 2-A/2005, de 24 de março, que veio definir normas relativamente à utilização das vias públicas para a realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal, foi necessário ajustar no mencionado regulamento as suas disposições relacionadas com o âmbito do citado Decreto Regulamentar.

Assim a Assembleia Municipal de Alcanena, na sua sessão extraordinária realizada em 25 de novembro de 2005, procedendo proposta da Câmara Municipal aprovada na sua reunião ordinária de 14 do mesmo mês, procedendo inquérito público, aprovou as alterações ao citado Regulamento, em consonância com o disposto no mencionado decreto regulamentar.

As citadas alterações foram publicadas no apêndice n.º 4 ao *Diário da República* 2.ª série, n.º 14, de 19 de janeiro de 2006.

Em 1 de abril de 2011, foi publicado o Decreto-Lei n.º 48/2011, o qual veio introduzir alterações ao Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, eliminando o licenciamento da atividade das agências ou postos de vendas de bilhetes para espetáculos ou diversões públicas e o licenciamento do exercício da atividade de realização de feições, em prejuízo da legislação especial que regula determinados feições, e simplificando o regime de licenciamento de algumas atividades diversivas no âmbito da iniciativa «Licenciamento Zero».

O Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, que regula o regime denominado «Licenciamento Zero», procede a uma profunda alteração ao modelo de controlo prévio em diversas áreas de intervenção por parte das Autarquias Locais.

O citado Decreto-Lei n.º 48/2011 procura reduzir os encargos administrativos sobre os cidadãos e empresas, por via da eliminação de licenças, autorizações, vistorias e condicionamentos prévios para algumas atividades. Reduz, pois, a incidência da atividade administrativa municipal na fase do controlo prévio e acentua a ênfase na fiscalização a posteriori, e, bem assim, na criação de mecanismos de responsabilização efetiva dos promotores.

O regime criado pelo mencionado decreto-lei procede, ainda, à criação e disponibilização de um balcão único eletrónico, onde é possível ao munícipe cumprir os atos e formalidades necessários para aceder e exercer uma atividade de serviços, com o objetivo de desmaterializar procedimentos e modernizar o regime da Administração Pública com os particulares.

Finalmente, em 29 de agosto de 2012, foi publicado o Decreto-Lei n.º 204/2012, o qual veio introduzir alterações ao regime de instalação e

207592100



Sessão ordinária – 20 de junho de 2014

**PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

**5. - Regulamento do ParqueTejo**

Considerando o disposto na alínea g) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **aprovar** o **Regulamento do ParqueTejo**, conforme documento anexo.

**Votação:**

APROVADO POR UNANIMIDADE

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

Nelson Augusto Marques de Carvalho

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

Manuel Duarte dos Santos

11/1/18

**PROPOSTA DE PROJETO DE  
REGULAMENTO  
DO PARQUETEJO**



Divisão de Desporto, Cultura, Turismo, Museus e Património

*[Handwritten signature]*

## PREÂMBULO

Cumprindo um dos objetivos de âmbito cultural, ambiental e de desenvolvimento local, foi incluído nos planos de atividades da Autarquia, o projeto Centro de Interpretação do Tejo, doravante designado por **PARQUETEJO**.

Trata-se de um projeto integrado de requalificação e valorização ambiental do Tejo, através de um conjunto de ações estruturantes e de iniciativas inovadoras, suscetíveis de reforçar o papel do rio como eixo estratégico de dinamização económica e elemento identitário da região.

Paralelamente, alberga ainda uma área de estada e lazer, pelo que se torna necessário a definição das regras da sua utilização.

Neste sentido, o presente documento tem por finalidade estabelecer princípios e regras de funcionamento gerais, tal como normas de conduta sob as quais os utilizadores e os trabalhadores do **PARQUETEJO** se devem reger.

Assim, no uso da competência prevista pelos artigos 112º e 241º da Constituição da República Portuguesa, e nos termos das alíneas k) e e) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, é aprovado o presente regulamento, a submeter à apreciação da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea g) do nº1 do art.º 25º do referido diploma.

Handwritten signature and initials.

## **Capítulo I**

### **ENQUADRAMENTO GERAL**

#### **Artigo 1º**

##### **Identificação**

O PARQUETEJO é um projeto da Câmara Municipal de Abrantes (CMA), destinado ao desenvolvimento de atividades ambientais, culturais e educacionais no contexto da valorização do Rio Tejo.

Permite, através da exploração interativa de equipamentos virtuais, aceder a informação temática relacional sobre diversos pontos de interesse do rio, desde a nascente até à foz, dispondo ainda de condições para a realização de atividades de ciência experimental.

Sendo um complexo multifuncional, proporciona condições de estada e acolhimento aos utilizadores, sob a forma de campismo e caravanismo.

#### **Artigo 2º**

##### **Objetivos**

1 - O PARQUETEJO tem por finalidade desenvolver e apoiar ações que visem a valorização do Rio Tejo, num contexto de interpretação e preservação do seu património natural, cultural e histórico.

Os vetores de orientação regem-se por conceitos ambientais, educacionais, turísticos, desportivos e sociais.

2 - Assume como objetivos específicos:

- a. Incentivar a aproximação das populações ao rio Tejo, nas suas multiplicidades interpretativas;
- b. Promover a cidadania ativa, numa perspetiva da preservação do ambiente e dos recursos naturais;
- c. Promover a sensibilização e a educação ambiental e fomentar a divulgação do conhecimento e da ciência, através duma componente experimental e lúdico-pedagógica;
- d. Potenciar os recursos existentes e a fruição dos equipamentos existentes no Projeto Aquapolis, fomentado o turismo ativo, desportivo e de natureza, potenciando o Caminho do Tejo e outros projetos similares;
- e. Desenvolver ações com a finalidade de dar a conhecer factos históricos, etnográficos e culturais associados ao rio Tejo;

*[Handwritten signature and initials]*

- f. Promover parcerias com outras entidades, numa perspetiva integrada e regional, assim como sinergias com entidades supramunicipais ou nacionais, incluindo universidades e politécnicos.

### Artigo 3º

#### Localização e Composição

1 - O PARQUETEJO está situado na freguesia de S. Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo, na Avenida da Marginal do Tejo.

2 - O PARQUETEJO é composto pelos seguintes espaços e equipamentos:

- a. **Portaria;**
- b. **Edifício principal** (receção, suporte bicicletas, instalações sanitárias masculinas e femininas, vestiários masculinos e femininos, balneários, área de lavagem, sala convívio e escritório, cafetaria, arrumos);
- c. **Centro interpretativo e área de atividades** (pavilhão interpretativo e de mediação tecnológica e pavilhão multiusos/atividades);
- d. **Área envolvente** (esplanada; jardim das aromáticas; zona de lazer; zona de acolhimento de autocaravanas e campismo; parque de estacionamento condicionado);
- e. **Área técnica** (arrumos; cargas e descargas; caldeira; estação de serviço para autocaravanas: lavagem química; depósito de lixos);
- f. **Miradouro** (exploração interativa de conteúdos multimédia sobre a paisagem envolvente).

### Artigo 4º

#### Valências Funcionais

O PARQUETEJO orienta o seu funcionamento tendo como base as seguintes valências:

- a. Núcleo de serviços educativos e experimentais;
- b. Apoio à qualificação ambiental;
- c. Desenvolvimento do conhecimento científico;
- d. Interpretação de conteúdos;
- e. Acolhimento de grupos e visitantes.





## Capítulo II

### DISPOSIÇÕES GERAIS DE FUNCIONAMENTO

#### Artigo 5º

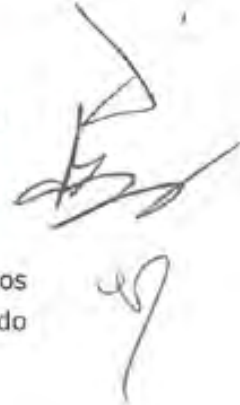
##### Programação de atividades

1. Compete à Divisão de Desporto, Cultura, Turismo, Museus e Património o planeamento e programação das atividades, em sede de serviços educativos municipais, entrecruzando a Educação, Desporto, Juventude, Ambiente e Serviços Municipalizados, Cultura e Turismo, mediante aprovação no plano de atividades anual por parte da CMA.
2. De 15 setembro a 15 de junho a programação deve incidir na vertente lúdico-pedagógica e desenvolver-se no âmbito dos serviços educativos municipais.
3. No período supramencionado e nas pausas letivas, poderão funcionar Campos de Férias direcionados a públicos específicos, assim como projetos de parceria com outras dinâmicas municipais.

#### Artigo 6º

##### Competências dos serviços

1. Compete à Divisão de Desporto, Cultura, Turismo, Museus e Património assegurar o cumprimento das atribuições e competências afetas aos seus colaboradores.
2. No que diz respeito ao cumprimento das tarefas inerentes ao serviço da **recepção**:
  - a. Fazer o acolhimento do visitante;
  - b. Requisitar e gerir o stock de material necessário ao bom funcionamento do **PARQUETEJO**;
  - c. Recolher e tratar toda a informação necessária ao serviço;
  - d. Assegurar e gerir o *check-in* e o *check-out* dos utilizadores do **PARQUETEJO**;
  - e. Assegurar o registo estatístico diário dos turistas/visitantes;
  - f. Expedir as respostas aos pedidos de informação.
3. No que diz respeito ao serviço da **portaria**:
  - a. Assegurar o cumprimento das regras de entrada e saída de visitantes e campistas;
  - b. Assegurar a manutenção, vigilância e funcionamento do espaço durante o período em que a recepção está encerrada.
4. Considera-se competências do Centro Interpretativo:



- a. Exercer funções de investigação, estudo, planeamento e outros trabalhos conducentes à definição e concretização das atividades e políticas do município;
  - b. Prestar apoio a operadores turísticos e agentes locais;
  - c. Planear e organizar atividades e eventos;
  - d. Participar em atividades e eventos em função de parcerias com entidades privadas e/ou públicas;
  - e. Gerir o fundo de maneiolo atribuído;
  - f. Proceder ao planeamento, preparação e realização de atividades e visitas;
5. Compete-lhe ainda exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe forem incumbidas por lei, norma, regulamento, deliberação, despacho ou determinação superior.

## **Artigo 7º**

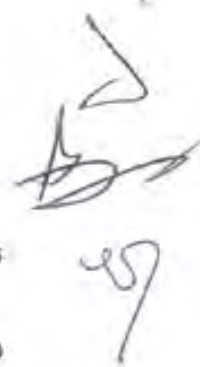
### **Utilizadores**

1. Do programa de atividades do PARQUETEJO:
  - a. População em geral, incluindo grupos escolares ou outros, ainda que sujeita a marcação prévia;
  - b. Outros grupos específicos, sujeitos a marcação prévia.
2. Da cafetaria:
  - a. População em geral;
  - b. Campistas e caravanistas.
3. Da sala de convívio:
  - a. Grupos em regime de ação de formação/reuniões;
  - b. Campistas e caravanistas.
4. Da área envovante:
  - a. População em geral;
  - b. Campistas e caravanistas.

## **Artigo 8º**

### **Horário de funcionamento**

1. Horário de funcionamento:
  - a. O PARQUETEJO terá dois períodos de funcionamento: Verão (1 de junho a 15 de setembro) e Inverno (16 de setembro a 31 de maio);
  - b. O horário será definido pelos serviços municipais respetivos e publicitado nos diferentes locais de estilo, incluindo portaria e receção do Parque;



2. O horário para check-in decorrerá das 9h00 às 19h00 e para check-out até às 12h00.
3. O horário da Portaria será das 20h00 às 09h00, de 2ª a domingo, sendo assegurado por pessoal de segurança habilitado e certificado.
4. Em casos devidamente justificados, poderá ser alterado o horário de funcionamento, por despacho do Presidente da Câmara, devidamente publicitado;
5. Ficam salvaguardadas as situações consubstanciais por lei, das quais possa decorrer o encerramento das instalações ao público (tolerância de ponto, greve e outras situações acordadas superiormente).

### **Artigo 9º**

#### **Preçário**

1. Os preços relativos à utilização constam dos anexos I e II.
2. Os campistas munidos da respetiva carta, reformados e pensionistas, grupos de escolas, escuteiros, assim como outras instituições ou entidades, terão um desconto de 20% sobre os valores gerais.
3. A CMA não autoriza a permanência do material instalado e desocupado.
4. Os preçários estão afixados na receção e são devidas, por regra, por noite de permanência. Os valores aplicáveis aos visitantes são devidos diariamente pela permanência do Parque.
5. Aos indivíduos que integram visitas conforme artigos 13º, nº 3 e 14º não se lhes aplica a taxa do anexo I.

### **Artigo 10.º**

#### **Normas de funcionamento geral**

1. A entrada e/ou permanência nas instalações do PARQUETEJO implica a aceitação e o cumprimento das presentes normas.
2. É obrigatório o registo de entrada no PARQUETEJO, a realizar na receção.
3. Os utilizadores têm direito a utilizar todas as valências expositivas e equipamentos aí existentes, bem como a apresentarem aos responsáveis pelos serviços as sugestões e críticas que tiverem por atinentes;
4. Os utilizadores são responsáveis pela conservação dos recursos postos à sua disposição, nomeadamente as instalações e equipamentos, bem como pelo pleno cumprimento das disposições regulamentares;
5. Os utilizadores do PARQUETEJO têm o direito de esperar adequado atendimento;



6. Os utilizadores deverão identificar-se, sempre que tal for solicitado, pelos elementos da equipa do PARQUETEJO.
7. É vedada a entrada a pessoas que:
  - a. Não se façam acompanhar por documentos identificativos pessoais;
  - b. Indiciem estado de embriaguez;
  - c. Sejam portadores de doenças contagiosas ou que de qualquer forma possam prejudicar a ordem sanitária;
  - d. Se façam acompanhar por animais;
  - e. Sejam portadores de armas de fogo, de pressão de ar ou outras, salvo autoridades policiais, quando devidamente identificadas.
8. É expressamente proibido:
  - a. Atos e comportamentos que ponham em risco a segurança de pessoas e equipamentos e que perturbem o bom funcionamento das instalações.
  - b. Atos e comportamentos que colidam com os princípios éticos socialmente aceites;
  - c. Dar outra utilização aos equipamentos que não seja a apropriada.
  - d. Transpor as estruturas de apoio e segurança instaladas nos equipamentos.

## Artigo 11º

### Acesso e restrições

1. Todos os visitantes, utilizadores, campistas e autocaravanistas são identificados pela receção, através de pulseira, cartão ou de outra modalidade aprovada pela CMA.
2. O ingresso no PARQUETEJO está condicionado tendo em conta o estabelecido no artigo anterior e a natureza do acesso:
  - a. Acesso individual ao PARQUETEJO sem pernoita: dístico pelo período máximo de 2 horas;
  - b. Acesso a grupos sem pernoita: pulseira pelo período em que se realizarem as atividades;
  - c. Pernoita individual e grupos: cartão utilização máxima de 5 dias.
3. Os visitantes, utilizadores e campistas com idade inferior a 15 anos só podem frequentar o PARQUETEJO quando acompanhados pelos pais ou por pessoas maiores que se responsabilizem por eles.
4. É considerando visitante todo aquele que não esteja munido de equipamento de campismo e que permaneça no parque entre as 8h00 e as 22h00.
5. As pulseiras e dístico de ingresso só podem ser utilizados no próprio dia.
6. Sem prejuízo de outras Normas de Utilização específicas, é expressamente proibido:
  - a. Fumar fora dos locais apropriados;



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

- b. Consumir bebidas alcoólicas ou qualquer tipo de drogas;
- c. Comer fora dos locais apropriados.

## Artigo 12º

### Segurança

1. O PARQUETEJO tem disponível equipamento de 1º socorros, sistema antifurto e serviço de vigilância ou videovigilância.
2. O PARQUETEJO dispõe de sistema de proteção contra incêndios.
3. Os veículos automóveis só podem entrar para cargas e descargas, por um período máximo de 40 minutos e circular a 20 km/hora. Quanto às autocaravanas exceciona-se o estacionamento no local apropriado.

*[Handwritten signature]*

## **Capítulo IV**

### **SERVIÇOS E PRODUTOS**

#### **Artigo 13.º**

##### **Serviços e produtos**

1. Os serviços de Informação, marcação de visitas, acompanhamento de grupos e cedência de material de informação turística são inteiramente gratuitos.
2. Os serviços educativos, visitas e atividades a realizar, são tendencialmente gratuitos, salvo exceções em que a atividade seja realizada em parceria ou por outras entidades.
3. Serviços educativos, visitas e atividades desenvolvidas no PARQUETEJO realizam-se, preferencialmente, entre as 9h30 e as 17h00, de 2ª a 6ª, salvo se autorizados e confirmados de forma diferente.
4. As entradas para as exposições temáticas a realizar são tendencialmente gratuitas.
5. Ao serviço de acolhimento aplica-se os preçários previstos nos anexos I e II ao presente regulamento e implica o pagamento no ato de registo da entrada.

#### **Artigo 14º**

##### **Visitas e atividades**

1. O pedido de marcação de visitas e de atividade do PARQUETEJO deve ser feito, por escrito, com o mínimo de 15 dias de antecedência, para grupos até 30 pessoas. Outras situações serão analisadas caso a caso.
2. O pedido considera-se marcado após preenchimento de formulário próprio e aceite após confirmação positiva por escrito.
3. O programa de visita ou atividade será preparado em função da faixa etária, duração da visita, temáticas em destaque e Interesses do grupo.
4. Qualquer alteração deverá ser comunicada com a antecedência de 4 dias.
5. O acompanhamento depende da disponibilidade do serviço e das condições climatéricas que se fizerem sentir.
6. O programa de atividades poderá sofrer alterações nas seguintes situações: condições climatéricas adversas; atrasos e alterações do tempo disponível; motivação e interesse dos participantes e outras situações pontuais.
7. O atraso de 30 minutos, por parte do requerente, implica o cancelamento da visita/atividade.
8. O PARQUETEJO terá à disposição dos utilizadores, em regime de Campo de Férias, tendas que disponibilizará se solicitadas no ato da marcação.



## **Artigo 15º**

### **Aluguer de bicicletas**

O PARQUETEJO é um centro bikefriendly disponibilizando o serviço de aluguer de bicicletas, mediante o cumprimento das seguintes condições gerais:

1. O locatário é responsável por conhecer e respeitar as regras e normas do Código da Estrada;
2. Em caso de acidente, o município não se responsabiliza pelos danos próprios e alheios causados;
3. Em caso de danos causados nos equipamentos, o locatário aceita indemnizar o proprietário pela imobilização decorrente;
4. O locatário deve verificar antes da saída do Parque se a bicicleta apresenta defeito ou falta de qualidade que impede o uso para deslocação normal, ainda que sem as especificações próprias de certas práticas desportivas. Pela saída do Parque reconhece designadamente que podem ocorrer avarias fortuitas com incidência na comodidade e segurança da condução, não se responsabilizando o Município pelos danos daí decorrentes;
5. A CMA não se responsabiliza pelos vícios da bicicleta, devendo no entanto o Interessado em caso de avaria solicitar a reparação ou o reboque, nem por danos ou perdas;
6. O serviço de aluguer está sujeito ao pagamento do preço definido pela CMA e a afixar.

## **Artigo 16.º**

### **Exposições**

1. As exposições a realizar resultam de um calendário previamente elaborado, tendo em conta as diferentes temáticas.
2. O PARQUETEJO não se responsabiliza por danos causados por terceiros, sendo da responsabilidade destes proceder ao pagamento do valor da peça.
3. Sempre que o recheio da exposição o justifique poderá ser acionado um seguro de modo a cobrir o roubo e danos do material exposto.
4. Outras ocorrências serão devidamente analisadas.

## **Artigo 17º**

### **Artigos municipais e merchandising**

1. Os artigos municipais e merchandising são fornecidos consoante a tabela de preços fixada pelo município, cujos preços são deliberados em reunião de câmara e sujeitos à taxa de IVA legalmente em vigor.
2. Entende-se por artigos municipais:



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

- a. As publicações municipais, roteiros turísticos, postais, medalhas, galhardetes e outro material promocional do município.
- 3. Entende-se por artigos de merchandising:
  - a. Os objetos de índole promocional concebidos para a promoção do **PARQUETEJO**.





## **Capítulo V**

### **ESPAÇO DE ACOLHIMENTO**

#### **Artigo 18.º**

##### **Regras de utilização**

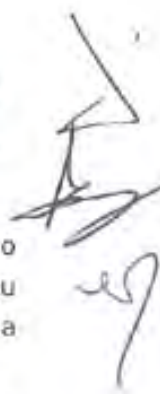
1. O utilizador pode usufruir do espaço de acolhimento nas formas de campismo, caravanismo ou autocaravanismo.
2. A admissão e permanência de utilizadores no espaço de acolhimento está condicionada a inscrição prévia na receção, mediante apresentação de documento identificativo do seu titular (bilhete de identidade/cartão de cidadão; passaporte ou carta de condução). Se a entrada coincidir com o horário de encerramento da receção, o utilizador deverá entregar ao colaborador que o atender o seu documento de identificação. Após a abertura da receção deverá proceder à regularização da sua inscrição.
3. Durante o período de permanência, o documento referido no ponto anterior fica na receção até à saída do utilizador. Mediante solicitação do próprio, o documento pode ser substituído por fotocópia devidamente assinada.
4. A utilização da zona de acolhimento só poderá ser feita após o pagamento na receção dos preços devidos, salvo o exposto na alínea anterior.
5. O PARQUETEJO está condicionado à lotação máxima definida por lei.
6. É proibida, dentro do parque, toda e qualquer atividade comercial fora do âmbito da respetiva regulamentação própria.
7. O utilizador que utilizar o espaço de acolhimento deve reger-se pelo referido nos artigos seguintes.

#### **Artigo 19.º**

##### **Direitos dos utilizadores**

Os utilizadores têm direito a:

- a. Utilizar as instalações e serviços do PARQUETEJO de acordo com o presente Regulamento;
- b. Conhecer previamente os preços de utilização do parque;
- c. Exigir a passagem de documento de quitação por cada pagamento efetuado;
- d. Exigir a apresentação do Regulamento do Parque;
- e. Exigir a apresentação do livro de reclamações;
- f. Impedir a entrada no seu alojamento;



g. Apresentar quaisquer reclamações ou sugestões, por escrito, sobre o funcionamento e administração do parque, devendo para isso indicar o seu nome completo e domicílio e o respetivo documento de identificação, sob pena de aquelas não poderem ser consideradas;

h. Manter inviolável o respetivo alojamento, designadamente impedindo a entrada nele e a abertura das suas janelas ou portas.

## **Artigo 20.º**

### **Deveres dos utilizadores**

Constituem deveres dos utilizadores do parque, de entre outros não especificados:

1. Cumprir rigorosamente todas as disposições deste Regulamento e acatar a autoridade dos responsáveis pelo seu funcionamento.
2. Apresentar sempre que lhes sejam pedidos os cartões, documentos de identificação e recibos comprovativos de pagamento dos preços constantes dos anexos I e II.
3. Fazer entrega na receção de todos os objetos achados no parque.
4. Abandonar o parque no fim do período previamente estabelecido para a sua estada, desde que a lotação esteja esgotada e a CMA tenha de satisfazer reservas anteriormente confirmadas.
5. Pagar o valor dos serviços utilizados, de acordo com a tabela legalmente aprovada e em vigor.
6. Identificar-se por meio da carta de campista, quando a possuir, ou por outro documento legalmente considerado de identificação.
7. Cumprir os preceitos de higiene e de segurança adotados no espaço, designadamente no que se refere a:
  - a. Desperdícios de água sujas;
  - b. Utilização de locais de lavagem e secagem de roupas;
  - c. Prevenção de doenças contagiosas;
  - d. Uso dos locais próprios para acender fogo;
  - e. Manutenção do estado de limpeza nos locais do seu acampamento.
8. Respeitar:
  - a. O período de silêncio e repouso, das 23h00 às 7h00 horas;
  - b. A ordem e a disciplina, tanto individual como coletiva, abstendo-se de atos, atitudes e procedimentos que causem incómodos e prejuízos aos outros utilizadores;
  - c. A distância mínima de 2m em relação aos outros campistas, na montagem do seu equipamento, salvo acordo em contrário.
9. Acatar as indicações dos colaboradores, aquando do exercício das suas funções, nomeadamente em questões omissas no regulamento presente;

10. Cumprir as normas de funcionamento e as sinalizações existentes, bem como a legislação em vigor, nomeadamente no que respeita a regras de higiene e medidas de segurança;
11. Respeitar o espaço, os equipamentos e as plantas existentes, mantendo-o em bom estado de conservação, limpeza e higiene;
12. As caravanas, as caravanas com anexo, atrelados-tenda ou tendas tipo *combi* e outras instalações deverão ter seguro contra incêndio, desde que possuam circuitos elétricos.
13. O consumo de gás deverá obedecer às seguintes normas:
  - a. Deverão usar-se cuidados inerentes ao manuseio das bilhas e gás, especialmente quando em funcionamento;
  - b. As bilhas de gás, quando armazenadas, devem manter-se devidamente fechadas e não expostas ao calor intenso;
  - c. No caso de colocação de «extras» adaptados às bilhas de gás, deverá verificar-se se os mesmos ficam bem apertados e se as juntas estão defeituosas ou com fugas.

## **Artigo 21.º**

### **Proibições**

1. Sem prejuízo de outras proibições ou regras previstas no presente Regulamento, não é permitido aos utilizadores do parque:
  - a) Introduzir clandestinamente quaisquer pessoas, bens ou animais no parque;
  - b) Fazer propaganda de qualquer forma;
  - c) Deitar água no terreno, em particular com detritos de qualquer espécie;
  - d) Deixar torneiras abertas, ou lavar roupa ou loiça com água a correr;
  - e) Deixar sujo o local onde estive instalado;
  - f) Colocar arames, cordas ou espias a uma altura inferior a 2 metros do solo, ou espias a mais de 50 cm da base da tenda, avançado, toldo, cozinha ou desdobrável.
  - g) Lavar ou estender roupa fora dos locais próprios para o efeito.
  - h) Utilizar os equipamentos para quaisquer outros fins que não os apropriados.
2. Aos utilizadores que desrespeitarem o presente regulamento, poderão ser aplicadas as penas de advertência e suspensão temporária ou definitiva da estada, conforme a gravidade das faltas cometidas e independentemente de qualquer ação judicial.





## **Capítulo VI**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Artigo 22.º**

##### **Lacunas e omissões**

1. Ficam salvaguardadas eventuais alterações ao exposto por força da entrada em vigor de despachos, regulamentos ou leis governamentais.
2. As lacunas e omissões das presentes normas serão resolvidas, nos termos gerais do direito, pelo órgão executivo.

#### **Artigo 23.º**

##### **Entrada em vigor**

O presente regulamento, depois de aprovado, entra em vigor após a sua publicação, nos termos legais.

Aprovado, por unanimidade, na reunião de Câmara de 03.06.14



## ANEXO I

PARQUETEJO						
PREÇÁRIO - ESPAÇO DE ACOLHIMENTO						
						
Maiores de 12 anos		Tenda até 4 m²	Tenda com mais de 4 m² ou atrelado-tenda	Caravanas	Autocaravan a ou carro-cama	Motorizados de 2 ou mais rodas ou barco
Acam pado	Visita					
Entre 1 de abril e 30 de setembro:						
1,75€	1,25€	1,75€	2,75€	3,25€	3,75€	2,25€
Entre 1 de outubro e 31 de março:						
1,50€	1,00€	1,50€	2,50€	3,00€	3,50€	2,00€

## ANEXO II

PARQUETEJO		
PREÇÁRIO - ALUGUER DE BICICLETAS		
30 minutos	60 minutos	Por cada 30 minutos subsequentes, limitado a um máximo de 4 horas:
0,50€	1,00€	0,50€

Sessão ordinária – 20 de junho de 2014

**PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

**6.a) - Compromisso plurianual - AHBVA - Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Abrantes**

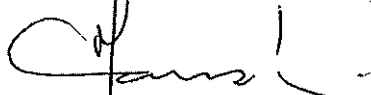
Considerando o disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e o Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta da Câmara Municipal, **autoriza a assunção do compromisso plurianual com a AHBVA - Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Abrantes, no âmbito da estratégia municipal de defesa da floresta contra incêndios e enquadrado no Plano Operacional Municipal de 2014.**

**Votação:**

**APROVADA POR UNANIMIDADE.**

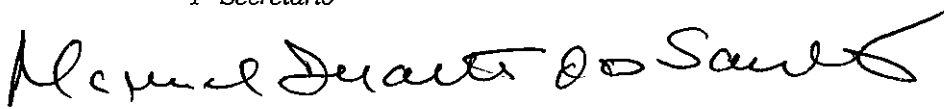
*Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.*

Presidente da Assembleia Municipal



Nelson Augusto Marques de Carvalho

1º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

# MUNICÍPIO DE ABRANTES

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(doc.15)

Sessão ordinária - 20 de junho de 2014

### PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

#### 6.b) - Compromisso plurianual - Aquisição de serviços na área dos seguros

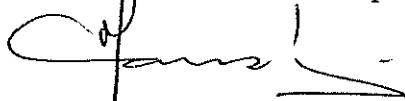
Considerando o disposto na alínea c) do n° 1 do artigo 6° da Lei n° 8/2012, de 21 de fevereiro e o Decreto-Lei n° 127/2012, de 21 de junho, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta da Câmara Municipal, **autoriza a assunção do compromisso plurianual relativo a procedimento pré-contratual para aquisição de serviços na área dos seguros, pelo período de um ano, prorrogável por iguais períodos até ao limite de três anos.**

Votação:

APROVADA POR UNANIMIDADE.

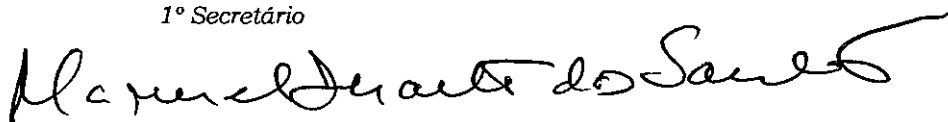
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n°s 3 e 4 artigo 57°, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



Nelson Augusto Marques de Carvalho

1° Secretário



Manuel Duarte dos Santos

Sessão ordinária – 20 de junho de 2014

### PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

---

#### 6.c) - Compromisso plurianual - Projeto “Bairro ConVida”

Considerando o disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e o Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta da Câmara Municipal, **autoriza a assunção de compromisso plurianual para o Projeto “Bairro ConVida”, relativamente aos anos de 2015 e 2016.**

#### Votação:

APROVADA POR MAIORIA, com 1 voto con-  
tra (BR).

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

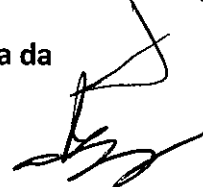
Nelson Augusto Marques de Carvalho

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

**Declarações de voto da bancada do Partido Social Democrata na Sessão Ordinária da  
Assembleia Municipal de Abrantes de 20 de Junho de 2014**

(dpc. 7)



**Ponto 6 da Ordem de Trabalhos:**

Relativamente à alínea c) do Ponto 6 da Ordem de Trabalhos, a bancada do PSD vota favoravelmente, por entender que existe uma dimensão social que deve ser valorizada e porque a dinamização daquele espaço se poderá revelar importante ao nível das dinâmicas sociais naquela zona da cidade.

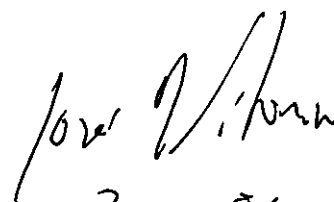


Porém, entende que existem questões muito pouco claras, não só relativamente ao contrato de arrendamento, como ao papel da empresa privada no seio de um projecto de âmbito social. Por outro lado, a forma vaga como são enunciados os compromissos financeiros assumidos pela Câmara Municipal, não permite perceber quais são os encargos efectivos que daí advêm para o Município.

**Ponto 7 da Ordem de Trabalhos:**

A bancada do PSD abstém-se, porque entende que não dispõe de toda a informação necessária para uma tomada de decisão responsável. Os elementos disponibilizados após a discussão da questão em Reunião de Câmara não são suficientes para o esclarecimento de algumas questões que consideramos da maior importância, nomeadamente:

- qual ou quais são os projectos ou contratos-programa a que se destinam as unidades de participação que a Câmara Municipal pretende adquirir?
- não conhecendo o fim a que se destinam essas unidades de participação a adquirir, entendemos que poderemos estar em presença de uma situação de financiamento, que a lei expressamente proíbe.



20 - 06 - 2014



## DECLARAÇÃO DE VOTO

A **CDU** está de acordo com o projeto “Bairro Convida” em relação aos objetivos e atividades a desenvolver.

No entanto, a **CDU** acha que o apoio deve ser atribuído diretamente às Associações implicadas na consecução do referido projeto, e que não deve ser a Câmara Municipal a servir de intermediária/gestora financeira relativamente aos custos de aluguer e manutenção dos espaços envolvidos.

Pese embora o exposto, a **CDU** considera que o projeto poderá contribuir para a reconversão do bairro em causa e, conseqüentemente, para uma melhoria das relações sociais da sua população.

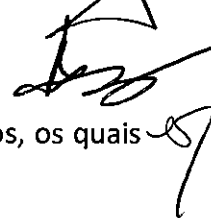
É por esta razão que os eleitos da **CDU** na Assembleia Municipal votam favoravelmente no desbloqueamento de verbas para o fim em causa.

Abrantes, 21 de Junho de 2014

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Abrantes

Alexandra Galvão  
Luís  
Zacharias

Período da Ordem do Dia  
**Declaração de voto-Projecto "Bairro ConVida"**



O Bloco de Esquerda sempre será favorável a projectos transparentes e bem delineados, os quais escasseiam, sejam eles no âmbito de acção social, cultural, desportivo ou outrem.

Na Minuta do Protocolo, os objectivos expostos nos pontos da Cláusula Segunda e Terceira, que quanto a nós são os primordiais, não são desenvolvidos, remetendo para elaboração e posterior aprovação, contrariando a componente imaterial referida pela Sra. Vereadora Celeste Simão. A não apresentação de planos de acção, não nos permite avaliar, aqui e agora, qual é o trabalho específico e concreto que se pretende realizar com a referida comunidade.

O Sr. Vereador, Luís Dias, não justifica com dados concretos, a necessidade de uma nova sala de cinema, especialmente naquele local dada a proximidade do Cine Teatro S. Pedro, nem como foi escolhida a empresa privada Alma Lusa S. A., cujo o sucesso nunca foi avaliado no "Mercado Criativo.

Ficamos apreensivos, pois mais uma vez, a Câmara Municipal de Abrantes (CMA) envolve-se com uma empresa que se encontra em dificuldades dado que a Solar Azul – Imobiliária, Urbanismo e Construção Lda, se encontra, a 8 de Janeiro de 2014, em Processo Especial de Revitalização (CIRE), como indicia o Processo: 88/13.4TBMAC, Secção Única, do Tribunal da Comarca de Mação e, até, se esta situação teve algo a ver com a escolha do Edifício Millenium. Também o facto das rendas da EDP pagas ao Município de Abrantes, serem afectas a único projecto, nos suscita dúvidas que não conseguimos esclarecer.

Quanto a nós, este projecto tal como nos é proposto a votação, não passa de um contracto de arrendamento e de comodato que a empresa Solar Azul – Imobiliária, Urbanismo e Construção Lda, celebra com a CMA. Além de rendas que ultrapassam os setenta mil de euros, a CMA, ainda tem que pagar condomínio, gás, água, energia eléctrica e segurança, assegurar a gestão da sala de cinema, assegurar a aquisição de material necessário ao funcionamento do projecto e atribuir apoio financeiro às associações e outras despesas por apurar.

Face ao exposto, o Bloco de Esquerda vota contra o projecto apresentado pelo executivo da CMA.

Cláusula Segunda (...) 1ª Contribuir para a integração dos indivíduos nas respectivas comunidades e para o exercício pleno dos direitos que lhes assistem enquanto cidadãos/cidadãs./2ª Contribuir para a alteração das dinâmicas sociais e económicas do Bairro Vale de Rãs por forma a desconstruir a imagem negativa com que o Bairro é percebido pela comunidade.) e os eixos de intervenção da

Cláusula Terceira (...) (a) EIXO 1— INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA — no qual se inclui o desenvolvimento de acções que concorram para alcançar o objectivo 1/ b) EIXO 2 — REVITALIZAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA — no qual se inclui o desenvolvimento de acções que concorram para alcançar o objectivo 2 )

Abrantes, 20 de Junho de 2014

Armindo Silveira





Assembleia Municipal de Abrantes  
20 de Junho de 2014

Período da Ordem do Dia

**Aquisição Unidades de Participação de Tagusvalley**

Analisando a exposição da Sra. Patrícia Venâncio, Técnica Superior Jurista e do Sr. José Bento Pedro, adensamos as nossas dúvidas em relação à participação dos municípios, através de dinheiros públicos, em associações privadas, aliás até por “aclarações” que ficaram por fazer.

Em relação à inclusão da alteração dos estatutos sem incluir a anterior redacção dos artigos que foram alterados, é uma situação caricata pois impede-nos de verificar qual foi o âmbito em que incidiram as alterações.

Este pedido de autorização de aquisição de unidades de participação na Tagusvalley, pela Câmara Municipal de Abrantes (CMA,) no valor de 350 mil euros, não vem fundamentado por nenhum projecto, estudo, parecer ou outrém, que nos possa informar com objectividade onde vai ser empregue tal verba.

Desconhecemos o número de unidades de participação que a CMA detém na Tagusvalley e qual o seu real benefício em favor do interesse municipal e dos munícipes de Abrantes. Igualmente desconhecemos os objectivos que norteiam a actuação da CMA nesta associação. No limite poderemos cair no ridículo de a CMA tornar-se “proprietária” por extinção ou não, de uma associação que foi criada para gerir um espaço que já antes era gerida pela própria Câmara.

Um balanço é necessário. Precisamos de saber qual o retorno financeiro de tanto investimento pois as verbas sejam oriundas do Município, do Governo ou da União Europeia, são de todos nós e é tempo de compararmos o investimento com o retorno financeiro.

Face ao exposto, o Bloco de Esquerda vota contra este pedido de aquisição de unidades de participação, pela CMA, na Tagusvalley.

Abrantes, 20 de Junho de 2014

Armando Silveira

# MUNICÍPIO DE ABRANTES

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(doc. 21)

Sessão ordinária – 20 de junho de 2014

### PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

#### 7. - Autorização de aquisição de unidades de participação de Tagusvalley

Considerando o disposto na alínea n) do nº 1 artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e nos artigos 53º e 56º nº 3 da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **autorizar a aquisição de unidades de participação de Tagusvalley, no montante de 350.000,00€, nos moldes em que se encontram previstos nos estatutos da associação, ficando em concreto, condicionada ao entendimento que o Tribunal de Contas expresse no âmbito da fiscalização prévia de processo com o qual este procedimento se relaciona.**

#### Votação:

APROVADA POR MAIORIA, com 1 voto  
completo (BE) e 7 abstenções (PSD).

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

Nelson Augusto Marques de Carvalho

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

Manuel Duarte dos Santos

# MUNICÍPIO DE ABRANTES

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 20 de junho de 2014

### PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc.22)

#### 8. - Renovação de prazo para conclusão de procedimento concursal, de um especialista de informática – Câmara Municipal de Abrantes

Considerando o disposto na alínea o) do n° 1 do artigo 25° da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, e nos n°s 2 e 3 do artigo 64° da Lei n° 83-C/2013, de 31 de dezembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **aprovar** a **renovação de prazo para conclusão de procedimento concursal, de um especialista de informática para a Câmara Municipal de Abrantes**.

**Votação:**

A PROVA DA POR UNANIMIDADE

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n°s 3 e 4 artigo 57°, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

Nelson Augusto Marques de Carvalho

1° Secretário

Manuel Duarte dos Santos

Manuel Duarte dos Santos

Sessão ordinária – 20 de junho de 2014

(doc.23)

**PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

**9. - Abertura de procedimento concursal de recrutamento de dois assistentes operacionais – Serviços Municipalizados de Abrantes**

Considerando o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **aprovar a abertura de procedimento concursal de recrutamento de dois assistentes operacionais para os Serviços Municipalizados de Abrantes.**

**Votação:**

APROVADA POR UNANIMIDADE

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

Nelson Augusto Marques de Carvalho

1.º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

Manuel Duarte dos Santos